



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO**

**TURISMO, PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E RESSIGNIFICAÇÃO ESPACIAL EM  
CEILÂNDIA - DISTRITO FEDERAL**

Evelyn Caroline de Melo Santos

Brasília  
2020



**TURISMO, PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E RESSIGNIFICAÇÃO ESPACIAL EM  
CEILÂNDIA - DISTRITO FEDERAL**

Evelyn Caroline de Melo Santos

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília

2020



**TURISMO, PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E RESSIGNIFICAÇÃO ESPACIAL EM  
CEILÂNDIA - DISTRITO FEDERAL**

Evelyn Caroline de Melo Santos

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Turismo.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da **Costa** (Orientador) – UnB

---

Profa. Dra. Ilia **Alvarado** Sizzo (Avaliadora) – UNAM, México

---

Profa. Dr. Maribel **Osório** García (Avaliadora) - UAM, México

---

Profa. Dr. Kerlei Eniele **Sonaglio** (Avaliadora) – CET-UnB

*À toda comunidade marginalizada da América Latina.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a todo o meu povo pelos conselhos, por toda a ajuda e paciência comigo nesse processo. Essa monografia foi a segunda que iniciei esse ano, tive muitos problemas e graças ao universo obtive todo o apoio espiritual necessário que me permitiu chegar até aqui e concluir mais um ciclo.

Agradeço aos meus pais Antônio e Inez, por terem me apoiado na escolha do curso e pela oportunidade de focar somente nos estudos e em minha evolução pessoal. Na verdade, são tantos motivos para agradecer que até me perco, de qualquer forma, sou imensamente grata a vocês pela paciência comigo nesse “curto” período na UnB. Agradeço também a minha irmã, Mayara, por estar ao meu lado e me apoiar com seu jeito único. Eu amo vocês demais.

Reconheço também o apoio da minha recente família da Umbanda, gratidão por me ajudarem a encontrar o meu caminho e pela extrema paciência comigo e meus passinhos de tartaruga. Jurema Escobar, Bárbara Escobar e Jaqueline Escobar, vocês são luz.

Professor Everaldo Costa, acredito que você não tem nem ideia do tamanho que é a minha gratidão por ser sua orientanda. O processo até aqui não foi fácil e a sua maneira paciente de lidar comigo me ajudou bastante. Gratidão por todos os conselhos, pelos ensinamentos e pela correção detalhada da monografia, sem você essa pesquisa não seria a mesma. Obrigada por ser você, sei que vai iluminar muito ainda o caminho de muitos nessa América Latina e que haja flor em seu caminho! Ao antigo professor do Centro de Excelência em Turismo e meu antigo orientador, Gabriel Barbosa, obrigada por ter lecionado duas das melhores matérias que eu já fiz durante toda a minha graduação. Seu apoio foi essencial para mim nesses dois últimos anos, inclusive, foi o único professor que aceitou um poema como atividade acadêmica, isso significou muito! Muita luz para ti em seu caminho terreno e espiritual.

Gratidão ao meu antigo professor de Museologia Patrimônio e Memória, Clovis Brito, sem as suas aulas esse TCC não existiria, você despertou amor em mim pela área e foi a minha inspiração primordial. Agradeço muito às suas aulas, ao seu senso crítico e a sua forma de ensinar, que seu caminho seja tão grandioso como a pessoa que você é.

Estou muito agradecida pelas examinadoras Ilia, Maribel e Kerlei pela disponibilidade no final deste ano complexo que estamos vivendo. Fico muito feliz que todas convidadas são mulheres e me sinto muito lisonjeada pela banca internacional. Muita luz no caminhar de vocês!

Agradeço às minhas amigas e amigos de curso, Ana Carolina Quintiliano, Andressa Oliveira, Amanda Whately, Bárbara dos Santos, Clarissa Castro, Ana Luísa, Juan Martín, Janna Soares, Jéssica Laurindo, Jéssica Mendonça e João Paulo. Sem todos vocês, o meu tempo de UnB não seria o mesmo, gratidão por iluminarem minhas manhãs, tardes e noites. Foram tantos momentos excepcionais com vocês, que já estou triste por estar saindo da UnB por conta dos que ficam. O tempo de faculdade pode ter acabado, mas podem ter certeza que vocês não vão se livrar de mim. Meu amor e carinho por cada um é eterno.

Aos meus amigos e amigas de outras circunstâncias, Beatriz Fernandes, Renata Oliveira, Gabriel Avellar, Gustavo Mendes, José Reges, Juan Meneses, Gabriel Climaco, Victor Fernandes, Caroline Gonçalves, Ana Araújo, Luiza Rodrigues, Talyta Machado, Jéssica Teixeira e Sabrinna Graziela por todas as bagunças e loucuras, por estarem ao meu lado me aguentando nas melhores e piores situações, por me apoiarem e por serem quem vocês são. A minha vida é muito melhor com as nossas histórias e memórias. Amo vocês.

A todos os moradores de Ceilândia, que me ajudaram com a minha pesquisa on-line, sou imensamente grata pela contribuição e enriquecimento.

Por último agradeço a mim, por ter aguentado firme durante esse ano que além da Pandemia estou passando por vários processos de mudanças e transformações pessoais e espirituais. Gratidão a mim, por superar as minhas expectativas.

## **RESUMO**

O presente trabalho discorre sobre diferentes aspectos territoriais de Brasília, dentre eles, a atual segregação espacial na capital brasileira, a qual tem como consequência diversos problemas de ordem existencial, como a população segregada de forma hierárquica. Deseja-se dar visibilidade para a cultura da comunidade historicamente marginalizada de Ceilândia, a Região Administrativa com maior índice populacional de todo o Distrito Federal. Assim, a identificação dos patrimônios-territoriais na RA faz-se necessária para recuperar a história e memória dos construtores de Brasília, que foram expulsos da própria cidade que edificaram (o Plano Piloto inaugurado em 1960). Com isso, o objetivo dessa monografia é analisar a possibilidade de expandir a imagem turística do destino Distrito Federal, com base na teoria do patrimônio-territorial, ressignificando espaços desprezados no cerne do ideal eurocêntrico de modernidade. A metodologia usada para alcançar o objetivo foi a entrevista semi estruturada, a qual possibilitou a coleta de dados qualitativos com escopo de compreender as experiências dos entrevistados, neste caso foi divulgado um formulário online para os moradores de Ceilândia. De acordo com a pesquisa foi possível identificar catorze manifestações e lugares considerados por eles como patrimônio-cultural.

Palavras-chave: Brasília; Ceilândia; Turismo Cultural; Patrimônio-territorial.

## **ABSTRACT**

The present work discusses different territorial aspects of Brasilia, among them, the current spatial segregation in the Brazilian capital, which has lead up to several existential problems, such as a hierarchically segregated population. We want to bring more visibility to the culture of the historically marginalized community of Ceilândia, the Administrative Region (RA) with the highest population index in the entire Federal District. Thus, the identification of territorial heritage in this RA is necessary to redeem the history and memory of the builders of Brasília, who were expelled from the city they founded (the "Plano Piloto" opened in 1960). With this, the objective of this work is to analyze the possibility of expanding the tourist image of the Federal District destination, based on the theory of territorial-heritage, resignifying neglected spaces at the heart of the Eurocentric ideal of modernity. The methodology used to achieve the objective was the semi structured interview, that has made possible the collection of qualitative data in order to understand the interviewees' experiences, in this case an online form was released for the residents of Ceilândia. According to the research, it was possible to identify fourteen events and places considered by them as cultural heritage.

**Keywords:** Brasília; Ceilândia; Cultural Tourism; Territorial-heritage.



## LISTA DE FIGURAS, MAPAS E GRÁFICOS

### FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – Divisão territorial das Regiões Administrativas do Distrito Federal do Brasil .....	16
<b>FIGURA 2</b> – Projeto vencedor do Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil .....	29
<b>FIGURA 3</b> – Esplanada dos Ministérios em construção... ..	30
<b>FIGURA 4</b> – Acampamento na Cidade Livre .....	33
<b>FIGURA 5</b> – Candangos na Cidade Livre .....	34
<b>FIGURA 6</b> – Distribuição Territorial do Distrito Federal - 1989 .....	50
<b>FIGURA 7</b> – Vista aérea de Ceilândia na década de 1970... ..	51
<b>FIGURA 8</b> – Fachada da Feira Central de Ceilândia .....	57
<b>FIGURA 9</b> – Casa do Cantador .....	58
<b>FIGURA 10</b> – O Maior São João do Cerrado... ..	60
<b>FIGURA 11</b> – Praça do Cidadão... ..	61
<b>FIGURA 12</b> – Festa no Quarentão... ..	63
<b>FIGURA 13</b> – Caixa d'água de Ceilândia... ..	64

### GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – População imigrante segundo a naturalidade .....	52
<b>GRÁFICO 2</b> – Distribuição dos domicílios ocupados segundo as Classes de Renda Domiciliar... ..	53
<b>GRÁFICO 3</b> – População segundo nível de escolaridade .....	53
<b>GRÁFICO 4</b> – População ocupada segundo a utilização de transporte para o trabalho... ..	54

## **LISTA DE SIGLAS**

DF – Distrito Federal

CEI – Comissão de Erradicação de Invasões

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

FCC – Feira Central de Ceilândia

GDF – Governo do Distrito Federal

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK – Juscelino Kubistchek

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

OMT – Organização Mundial de Turismo

RA – Região Administrativa

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>Justificativa .....</b>	<b>14</b>
<b>Objetivo (s).....</b>	<b>17</b>
<i>Objetivo Geral .....</i>	<i>17</i>
<i>Objetivos específicos .....</i>	<i>17</i>
<b>Hipótese e problemática.....</b>	<b>17</b>
<b>Procedimentos Metodológicos .....</b>	<b>18</b>
<b>Estrutura do Trabalho.....</b>	<b>19</b>
<b>BRASÍLIA E A IDEALIZAÇÃO DE UM “NOVO BRASIL” .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Brasília: ideologia do progresso e colonialidade moderna.....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 A utopia urbanística e as (im)possibilidades do turismo .....</b>	<b>28</b>
<b>TURISMO, PATRIMÔNIO E PODER.....</b>	<b>36</b>
<b>2.1 Turismo Cultural: algumas perspectivas .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2 Notas sobre o patrimônio cultural material e imaterial.....</b>	<b>40</b>
<b>2.3 Patrimônio-territorial: uma desconstrução do poder moderno.....</b>	<b>43</b>
<b>“CEI-LÂNDIA”! COMISSÃO DE ERRADICAÇÃO DE INVASÕES: NOVA CIDADE .....</b>	<b>49</b>
<b>3.1 Ceilândia: caracterização socioeconômica .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2 O turismo cultural e ressignificação espacial através do patrimônio-territorial de Ceilândia .....</b>	<b>56</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

A construção de Brasília, símbolo da modernidade brasileira, instala o ideal de uma nova cultura, a de um Brasil contemporâneo imaginado junto à ótica do progresso. O problema é que essa nova capital é construída e fundamentada em conceitos problemáticos oriundos da concepção moderna eurocentrada, sem levar em consideração, em profundidade, a realidade diversa do território brasileiro, o que redundou em reforçar problemas de ordem existencial à gente do campo e das cidades no centro-norte do país, com o avanço da fronteira agrícola e industrial (COSTA e STEINKE, 2014).

Uma nova imagem de Brasil foi edificada com o silenciamento de memórias de povos que não só construíram a capital, mas como também eram e continuam sendo uma grande parcela da população brasileira: nordestinos, negros, pobres e indígenas (COSTA e PELUSO, 2013). A grande parte das pessoas que trabalharam nas obras da construção de Brasília não se encaixavam no protótipo da “utopia” depositada sobre Brasília, uma “utopia” que, ao aparente, carregava uma dimensão universal europeia; em consequência disso, estes sujeitos foram e são objetificados, tratados como seres inferiores e descartáveis, depositados nas margens da nova capital.

Independentemente de todas as expressões silenciadas, a história e cultura da construção de Brasília é também parte da memória dos habitantes do Distrito Federal, filhos e netos dos trabalhadores pioneiros que vieram apoiados na promessa feita por Juscelino Kubitschek de construir a nova capital do Brasil, o qual propagou o entendimento de melhoria de vida e um novo começo para suas famílias, os famosos Candangos<sup>1</sup>.

Destaca-se que, segundo Geertz (1989), que a cultura é uma teia de significados tecida pelo ser humano em busca da compreensão própria, nesse caso, uma ciência interpretativa no caminho de uma significação. Outro conceito de cultura também trabalhado é apresentado por Meneses (2004), que defende a ideia alemã de “*Kultur*”; esse vocábulo remete a uma construção coletiva e diversificada que cada sociedade estabelece na sua vivência particular e habitual, tendo a cidade como um lugar contínuo de cultura. A cultura passa a ser não estática, contendo assim o presente e o passado integrados ao patrimônio vivo, seja ele considerado imaterial ou material.

Nesse contexto, este trabalho problematizará a relação entre segregação socioespacial, cultura e turismo no Distrito Federal, com enfoque em Ceilândia, identificando seu patrimônio-territorial

---

<sup>11</sup> Vocábulo com derivação africana que significa “ruim, ordinário, vilão”. Durante a construção de Brasília a palavra surgiu como uma forma de diminuir os pioneiros que trabalhavam na construção da nova capital, com o passar do tempo a expressão perdeu esse caráter negativo e, hoje é utilizada para designar os primeiros habitantes de Brasília (VIDESOTT, 2008).

(COSTA, 2016, 2017, 2018, 2020) atrativo, sobretudo, à gente do lugar.

### **Justificativa**

A inquietação primordial para a inspiração desta monografia surgiu diante da problemática da imagem construída do destino turístico Brasília. Mais precisamente, após diversas experiências em Recife, Pernambuco, onde todos presumiam que a construção imagética do Distrito Federal era apenas vinculada à Brasília e à política, acreditando assim que não existia nada além disso; afinal, no meu universo de convívio, poucos ouvem falar sobre as outras “cidades” do DF e suas organizações socioculturais.

Destaco que desde criança para todo lugar que viajei com minha família fomos vinculados a essa imagem voltada para política e, conseqüentemente, para uma classe social mais alta; sendo assim, todos sempre presumiam que éramos ricos já que a imagem e história de Brasília desde a sua construção é lugar de gente com dinheiro.

A partir dessa inquietude, uma perspectiva pessoal que me incomodou foi o fato de ter nascido na Região Administrativa<sup>2</sup> do Cruzeiro, ter morado toda a vida em Ceilândia e, mesmo frequentando a Universidade de Brasília por alguns anos de minha juventude, não me sentia como uma “habitante” de Brasília. Assim como eu, grande parcela da população do DF sente as conseqüências da segregação socioespacial, decorrente desde a época da construção da capital e, por esse motivo, muitos não se identificam com o local, visto que sempre foram excluídos daquela realidade.

Devido à maneira de como a imagem do destino foi construída e vendida, a noção mais comum da população brasileira e internacional é de que o Distrito Federal é apenas a capital com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. O guia turístico elaborado e oferecido gratuitamente pelo Ministério do Turismo está dividido pelos segmentos Histórico-Cultural, Místico e Religioso, de Natureza, Arquitetônico, Cívico e, por fim, de Lazer e Entretenimento; dentro destes, encontramos poucas e/ou quase nenhuma atração fora do Plano Piloto. Apesar disso, necessita-se destacar que o Distrito Federal é composto, atualmente, por 33 Regiões Administrativas, além do Plano Piloto: Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho I, Sobradinho II, Planaltina, Paranoá,

---

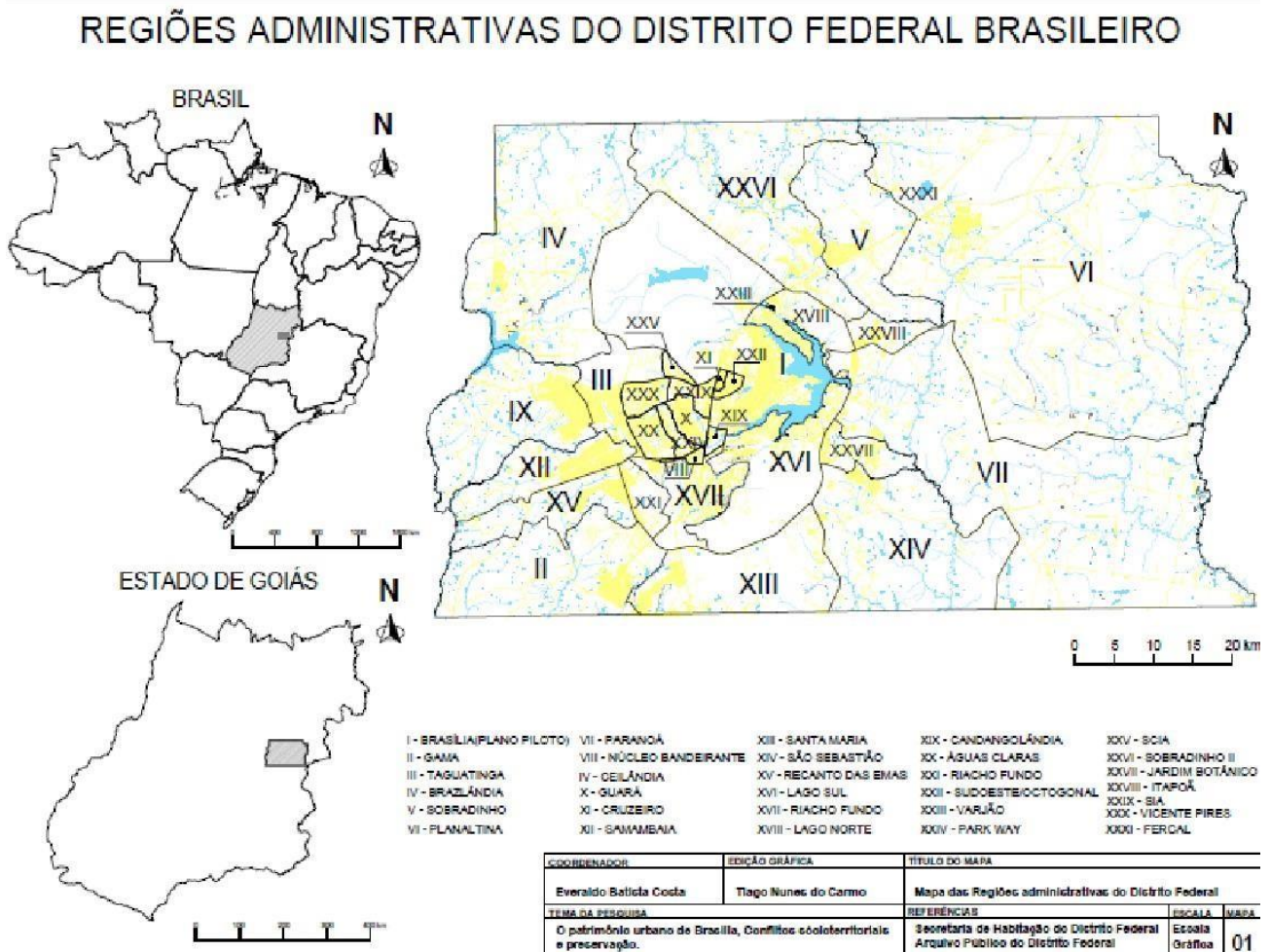
<sup>2</sup> Algumas cidades surgiram devido a criação dos núcleos habitacionais para os migrantes que vieram trabalhar na construção de Brasília, para melhor administrar essas localidades foi homologada a Lei n. 4.545/66. A nova lei dividiu o território em Regiões Administrativas, sendo que cada região possui um administrador regional, como um tipo prefeito sem plena autonomia que é escolhido por meio de nomeação do Governador do DF, ou seja, a população é excluída do processo de eleição de um novo administrador (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, Candangolândia, Park Way, Recanto das Emas, Lago Sul, Lago Norte, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Itapoã, Fercal, Águas Claras, Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, Varjão, São Sebastião, SCIA/Estrutural, SIA, Vicente Pires, Sol Nascente/Pôr do Sol e Arniqueira. Contudo, a imagem territorial divulgada continua sendo sobre a obra-prima da arquitetura moderna.

Brasília não pode ser compreendida como o recorte da área projetada em maquete e produzida no território “ordenadamente”, muito menos pode ser categorizada como a junção dos núcleos urbanos espaçados no quadrilátero do Distrito Federal. Brasília deve ser analisada no contexto da Área Metropolitana de Brasília, que envolve tanto o Plano Piloto, quanto as outras 33 Regiões Administrativas (antigas Cidades Satélites), mais os municípios do entorno do Distrito Federal, tais como: Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Cidade Ocidental, Águas Lindas, Águas Frias de Goiás, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso; análise recorrente nos trabalhos de Aldo Paviani, Ignez Barbosa e outros geógrafos (e arquitetos) de Brasília. (COSTA et al, 2013, p. 337)

A figura 1 espacializa parte das R.As. do DF (a IV é Ceilândia). Nos últimos anos, foram subdivididas algumas das R.As, de forma que de 31, passaram a 33 regiões administrativas.

Figura 1: Divisão territorial das Regiões Administrativas do Distrito Federal do Brasil.



Fonte: Costa (2013).

Pode parecer complexo afirmar que somos habitantes da capital, visto que não são todas as pessoas que têm poder aquisitivo o suficiente para serem residentes no Plano Piloto; mas a origem da palavra *habitante* nos mostra outra perspectiva. Do latim *habeo*, significa manter relação com algo, possuir e apropriar-se, acrescentar-se a partícula *it* para indicar reforço, intensidade e permanência nas relações. Como Meneses (2009) afirma, as palavras *habitualidade* e *hábito* indicam um entendimento de continuação, constância, ou seja, refere-se a uma relação de ser parte de um todo. Seguindo esse raciocínio, semanticamente, a relação de pertencimento já existe, visto que os moradores das regiões administrativas não localizadas geograficamente dentro da capital possuem, majoritariamente, uma relação constante com o local patrimonializado, turistificado, projetado como cidade modernista mundial.

## Objetivo (s)

### Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é *analisar a possibilidade de expandir a imagem turística do destino Distrito Federal, com base na teoria do patrimônio-territorial, ressignificando espaços desprezados no cerne do ideal eurocêntrico de modernidade.*

### Objetivos Específicos

- 1) Compreender a construção imagética da nova capital moderna do Brasil;
- 2) Ressignificar o lugar de resistência: Ceilândia;
- 3) Compreender os patrimônios-territoriais negligenciados pelo poder público em Ceilândia, indicando-o como potencial de renda popular e valorização da periferia.

### Hipótese e problemática

Hipoteticamente, acredita-se que, por meio da atividade turística, em conjunto com a comunidade, seria possível ativar o patrimônio-territorial da Região Administrativa Ceilândia e, conseqüentemente, enaltecer memorial e culturalmente os espaços de sujeitos segregados e privados de vivenciar a “nova” realidade construída: Brasília. Baseado no que foi dito, a questão ou **problema** norteador do estudo é: Quais são os patrimônios-territoriais a serem ativados popularmente em Ceilândia – DF, no caminho de um turismo concretamente cidadão?

Para desenvolver o sentimento de pertencimento na população local e, por conseguinte, formar um novo olhar sobre, primeiramente, o próprio lugar, e em segundo plano, possivelmente, gerar uma outra imagem turística de Brasília para Distrito Federal, pode ser didático partir do conceito de patrimônio-territorial, como trabalhado por Costa (2016, 2017, 2018, 2020). A teoria do patrimônio-territorial aparece como uma possibilidade à valorização de todas as expressões culturais depreciadas pela modernidade, criadas em bases eurocêntricas e coloniais. O patrimônio-território, como apresentado por E. Costa, reconhece e ressalta a importância de manifestações culturais, saberes, memórias omitidas e não enquadradas em conceitos universais eurocêtricos. Parte-se da ideia de que a mudança social precisa vir dos humilhados historicamente, aqueles cujo memórias,



crenças e tradições foram e são discriminadas. Resgata e atribui um novo significado, espacialmente, às manifestações de povos resistentes na América Latina, afirma o autor. Suscita o sentimento de fazer/ser parte da comunidade local e de suas memórias.

A teoria do patrimônio-territorial aparece como uma alternativa aos conceitos que parecem restritivos e aplicados nos patrimônios institucionalizados (COSTA, 2016, 2017). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi fundado de acordo com os princípios de seus criadores, os quais buscaram legitimar suas próprias perspectivas de conhecimento e cultura, com base em definições eurocêntricas que excluía e excluem diariamente manifestações de caráter heterogêneo, ou seja, distintas daquilo que se era considerado “*universal*”. A fim de uma melhor compreensão do conceito de patrimônio-territorial é imprescindível discutir sobre os conceitos de poder e de memória, e o fato do conflito ser endêmico ao campo do patrimônio.

O patrimônio-territorial vai contra as ideias limitantes e preconceituosas impostas pelo colonialismo que, em diferentes aspectos, envolve o patrimônio declarado; explica a resistência da periferia, por meio de conhecimento científico e popular voltados para a valorização da cultura latino-americana, que também é expressa em Ceilândia. O quadrado no meio de Goiás (ver figura 1) tem muito mais a oferecer culturalmente e turisticamente do que é divulgado, e é neste intuito que busco apresentar a importância dos patrimônios-territoriais de Ceilândia.

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa será construída com o auxílio da entrevista semi estruturada de cunho qualitativo com perguntas de alternativas pré-definidas e também perguntas abertas que os entrevistados podem responder de forma autônoma (ALVARENGA, 2014), a qual foi disponibilizada online e divulgada por meio das redes sociais Twitter, Facebook, Instagram e Whats App. Esta metodologia, em específico, foi escolhida devido ao atual momento Pandêmico (2020), de restrição de acesso aos lugares e às pessoas, então que impede ir a campo e entrevistar, pessoalmente, os moradores de Ceilândia; é possível conferir o roteiro completo do formulário online no apêndice A.

O formulário difundido por meio das redes sociais citadas no parágrafo acima, resultou em 61 (sessenta e uma) respostas de moradores de Ceilândia que possuíam entre 15 a 67 anos, o intuito de abranger uma grande quantidade distinta de idades foi para entender melhor como a cultura local está

inserida nos diversos contextos e movimentos sociais. As informações apanhadas pela pesquisa foram interpretadas (TURPO, 2008) e escolhidas de forma criteriosa de acordo com a conceituação de patrimônio-territorial elaborada por Costa (2016, 2017, 2018, 2020).

O estudo foi baseado também em pesquisa bibliográfica, a qual analisa materiais publicados em revistas, livros, artigos científicos e fontes documentais do Governo do Distrito Federal do Brasil. Todo o material colaborou para localizar e interpretar as narrativas desprezadas da memória e história dos habitantes da Região Administrativa Ceilândia.

### **Estrutura do trabalho**

A pesquisa está organizada da seguinte forma:

O *primeiro capítulo* é uma análise do planejamento da construção de Brasília, o qual busca entender os motivos que causaram segregação às cidades periféricas do Distrito Federal.

O *segundo capítulo* trabalha os conceitos norteadores da pesquisa, no caso, turismo, turismo cultural, patrimônio cultural imaterial e material e o patrimônio-territorial, conceito chave para o desenvolvimento deste estudo.

O *terceiro capítulo* relata como surgiu Ceilândia e traz dados socioeconômicos, no intento de melhor contextualizar do atual cenário da Região Administrativa. Apresenta os resultados da pesquisa realizada on-line (*entrevista semi estruturada*), voltada para manifestações culturais e espaços considerados como patrimônio (patrimônio-territorial) para a população Ceilandense.

## 1 BRASÍLIA E A IDEALIZAÇÃO DE UM “NOVO BRASIL”

A capital brasileira é símbolo da modernidade, representação material de um novo Brasil, centro de poder integrador de todo o território nacional.

Difícil tratar o percurso da formação de uma cidade (ou da metrópole Brasília) no pleno da racionalidade, pois é também representação possível de um real imaginado. Sua forma e conteúdo não são dependentes de um único estilo ou momento arquitetônico, ou de um tempo a priori linear; forma-se em sobreposições de camadas espaço-temporais e por uma gama de significantes, de signos, de símbolos e imagens do passado projetadas no presente e para o futuro, de forma sistêmica repleta de contradições. Esses elementos configuram, de maneira complexa, o imaginário urbano em um dado instante da realidade territorial em trânsito. (COSTA e PELUSO, 2016, p.7)

Segundo Bispo (2020, p.48), a capital pode ser assimilada como uma:

paisagem projetada e evolutiva, composta pelo meio natural em que o homem imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão diversificadas, quanto aos usos, ocupações e dinâmica urbana, resultantes de sua composição morfológica e configuração histórica.

O propósito, desde a fase de planejamento, era elaborar uma cidade utópica, singular ou única. Segundo Holston (1993), Brasília, transformaria a realidade da sociedade e junto levaria a modernidade ao interior repleto de terras vazias.

Brasília nasce como uma utopia ancorada em um imaginário bastante claro aos seus idealizadores, advindo do significado atribuído à modernidade, à sociedade e ao urbano brasileiros, em meados do século XX. A Capital, mais que uma cidade, seria o símbolo de uma nacionalidade que caminhava em direção ao futuro grandioso. (COSTA e PELUSO, 2016, p. 10)

Para entender a situação atual de Brasília, faz-se crucial a análise de alguns dos elementos históricos que compõem a sua imagem. Segundo o dicionário Míni Aurélio (2010, p. 408), que a palavra “imagem” pode ser definida como a “representação mental de um objetivo, impressão, etc”. Mas, não basta essa descrição do termo; para Alvarado, Zamora e López (2018, p. 33-34), consideram que “en el mundo contemporáneo una imagen se reconoce como la representación de una cosa sin ser la cosa en sí: el mapa no es el territorio, sino una representación de dicho territorio”, ou seja, a imagem da capital é a representação de sua totalidade territorial, não reveladora da realidade espacial.

Destaca-se que a imagem é elemento crucial do lugar, esta faz a diferença no processo de escolha de um destino turístico (ALVARADO, ZAMORA e LÓPEZ, 2018). Diante disso, correntemente, a imagem do DF é analisada a partir da imagem do Plano Piloto em si, pois a formação da dita imagem impacta socioterritorialmente todas as outras regiões.

Brasília reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO (em 1987), reproduz a imagem do “local ideal” para habitação, sendo que as “imágenes promocionales de una ciudad Patrimonio Mundial, con frecuencia, presentan una disyuntiva, al idealizar a tal grado los sitios que distorsionan la realidad del lugar con el afán de presentarlo de una manera atractiva para el visitante” (HIRIART, 2018, p. 102).

Antes mesmo da sua construção, Brasília era representada como o início de um novo futuro próspero para toda a população brasileira; contudo, na atual conjuntura, a capital representa apenas mais um fragmento da segregação hierárquica social e territorial.

[...] ao combinar as contradições básicas das premissas de Brasília, criaram uma versão exagerada - quase uma caricatura - daquilo de que se procuravam escapar. Suas iniciativas produziram uma cidade única, mas não a que imaginavam. Na verdade, fizeram de Brasília um exemplo de estratificação social e espacial - que demonstra claramente, ademais, o papel do governo na promoção da desigualdade. (HOLSTON, 1993, p. 200)

De acordo com Almeida e Souza (2016, p.159), a construção da capital foi “pivô imagético para as mudanças que o Brasil precisava ingressar. Além das transformações espaciais que Brasília trouxe para o Centro-Oeste brasileiro ela também reuniu pessoas, culturas e tradições que formam hoje o território brasiliense”. Por mais que a capital tenha transformado espacialmente o centro do país e reunido uma grande parcela diversa da população, o governo pretendia fazer com que a nova capital rompesse com a história brasileira (HOLSTON, 1993).

Então, como seria esse novo país para todos se o intento do Estado era romper com a história de todos? Brasília realmente foi edificada para se tornar tudo aquilo que era prometido ou boa parte das promessas foram elaboradas com a finalidade do Estado alcançar apoio o suficiente para realizar seus planos?

“Embora Brasília tenha sido concebida com vista a abrigar uma sociedade modernizada, a contradição mais visível em sua história está nas diferenças entre o seu planejamento e a sua realidade” (OLIVEIRA, 2020, p. 43). Torna-se incômodo saber que, antes da construção, a imagem divulgada pelo governo JK possa ser tão destoante da realidade após a sua edificação.

O fato é que a imagem inicial difundida sobre a capital se distingue muito da realidade projetada no transcorrer de sua recente história. A utopia do planejamento territorial parece ter alcançado a dimensão espacial nacional, com a expansão de próteses tecnológicas sobre o território, mas não deu conta de sanar os problemas internos da jovem metrópole (COSTA e STEINKE, 2014).

Para problematizar melhor estas questões levantadas, o presente capítulo analisará o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1958) com o propósito de distinguir a base ideológica por trás da concepção de Brasília. Finaliza com os acontecimentos durante e após a edificação da capital,

com a intenção de expor o porquê, atualmente, a população do Distrito Federal é segregada territorial e hierarquicamente.

## 1.1 Brasília: ideologia do progresso e colonialidade moderna

“Desde a década de 1940, várias foram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia brasileira” (LAFER, 1975, p. 29). Discutia-se sobre desenvolver economicamente o país no governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo introduziram a “Marcha para o Oeste”, programa governamental com o escopo de integrar economicamente as regiões Norte e Centro-Oeste, com a finalidade de modernizar o interior considerado como “atrasado” (LAFER, 1975).

Segundo Costa e Peluso (2013, p. 3), no contexto da Marcha para o Oeste, o interior do país ainda se perfazia em território a se conquistar e a se dominar, do plano imaginário ao concreto; a urbanização brasileira se fez ante as agruras dessa ideologia.

Num cenário de instabilidade política após o suicídio de Getúlio Vargas, o presidente eleito posteriormente foi Juscelino Kubitschek. “Para operacionalizar e legitimar seu governo, num contexto de instabilidade política, Kubitschek utilizava a modernização (continuação da Era Vargas), o progresso e o próprio desenvolvimento industrial como elementos discursivos” (ALVES, 2020, p. 154). Em seu governo foi idealizado um planejamento composto por diversas metas voltadas para o desenvolvimento econômico brasileiro, o Plano de Metas.

A estratégia territorial de transferir a capital brasileira do litoral para o Centro-Oeste não era novidade, mas somente se concretizou no decurso do governo de Juscelino Kubitschek, como parte do Plano de Metas. Aborda-se o Plano com a intenção de perceber os contrastes que formam a dualidade histórica de Brasília.

Como todas as grandes iniciativas, surgiu quase de um nada. A ideia da interiorização da Capital do País era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando através das diferentes fases da nossa História: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional. (KUBITSCHKEK, 2000, p. 5)

Muito foi declarado e questionado sobre o deslocamento da capital e a nova vida no Planalto Central; essa nova realidade foi imaginada, no plano da cidade, como um local concebido para todos, onde qualquer um poderia alcançar o sucesso e viver uma vida mais confortável. Diante disso, nesta parte da monografia, pretende-se responder, por meio da pesquisa bibliográfica, os seguintes questionamentos: Por que e para quem foi arquitetado o Plano de Metas? Qual era a ideologia de JK? No fim, a imagem de Brasília, apresentada pelo governo de Juscelino, foi e é condizente com o discurso de uma nova vida para todos? Estas perguntas foram pensadas com expectativa de constatar

as discordâncias ideológicas existentes na imagem difundida da capital e nas motivações para o planejamento, a fim de ter fundamentos para refletir sobre como a segregação urbana afeta o turismo.

Os planos do governo de JK eram voltados para construir um país moderno, tal como na Era Vargas, período de 1930 a 1945 (COSTA e STEINKE, 2014). Com a finalidade de trazer o desenvolvimento econômico, social e fazer com que o Brasil tenha a oportunidade de “tornar-se dono do seu próprio destino” (KUBISTCHEK, 2000, p. 33), o Programa de Metas pretendia desenvolver, industrializar e modernizar, sobretudo, o interior do Brasil, com recursos públicos e privados:

O programa de metas do Presidente Juscelino Kubitschek, elaborado com os estudos e pareceres das maiores autoridades especializadas em cada assunto, constitui-se de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do País. (BRASIL, 1958. p. 13)

Ao longo do Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1958), é retratado com detalhes todos os intentos do governo para desenvolver a economia brasileira. Em síntese, para cada setor de investimento, haviam projetos a serem concluídos até 1961, ou, com término esperado por volta de 5 a 10 anos. O processo de planejamento incluiu 30 metas estabelecidas e fragmentadas entre os seguintes setores considerados essenciais: energia, transportes, alimentação e indústria de base (BRASIL, 1958).

Como pode ser constatado em Costa e Steinke (2014), bem como em Brasil (1958), no setor de energia, criaram metas para melhorar a energia elétrica, energia nuclear, aumentar a produção de carvão mineral e, também, a produção e refinamento de petróleo. As seis metas voltadas ao ramo de transporte consistiam na criação de novas ferrovias e rodovias, reaparelhamento das ferrovias, pavimentação asfáltica, aumento de portos junto com a aquisição de uma frota de dragagem, aumento da frota de cabotagem e longo curso e também da frota de petroleiros e renovação da frota aérea comercial. No âmbito de alimentação, as metas foram aumentar a produção de trigo, novos armazéns e silos, construção de armazéns frigoríficos, novos matadouros industriais, ampliar a quantidade de tratores utilizados na agricultura e o aumento da produção de adubos químicos. Para a indústria de base congregaram, ao todo, 12 metas: expandir a capacidade da produção de aço, alumínio, cimento, álcalis, borracha celulose, papéis de imprensa e outros papéis; ampliar a produção e refinamento de metais não ferrosos como níquel, cobre, estanho e chumbo e etc; implantar a indústria de construção naval; implantação e ampliação da indústria de material elétrico e de mecânica pesada; a última meta se tratava de intensificar a formação de pessoal técnico e instalar institutos de formação especializada (BRASIL, 1958).

Devido a complexidade do Plano de Metas, fazia-se primordial a obtenção de muitos recursos, tanto em moeda nacional quanto estrangeiras. Evidencia-se que calcularam “[...] o total de um bilhão e trezentos milhões de dólares para desembolso em moedas estrangeiras” (BRASIL, 1958, p. 11). Para coletar esse valor o governo de Kubitschek incentivou a entrada de capital estrangeiro mediante indústrias como a do setor automobilístico, e a construção de Brasília seria uma alavanca impulsionadora para o programa de metas, como destaca Costa e Steinke (2014, p. 12); dizem, ainda, os autores:

Brasília meta-síntese do nacional desenvolvimentismo guarda, essencialmente, a corrida pela indústria de base e seus efeitos na totalidade do território nacional, no contexto da substituição de importações, da captação de capital externo e da solidificação de um mercado interno bruto, e mais, difundir o modo de vida urbano no interior rarefeito do continente. A nova Capital potencializaria o Plano de Metas de Kubitschek ao estimular a desconcentração da economia historicamente plantada no litoral e dar sustentação à nova burguesia industrial. Brasília passa a ser, no discurso, ícone da modernização (conservadora) brasileira, imagem direita do progresso e do devir.

O ato de mudança da capital para o Planalto Central, juntamente aos investimentos em infraestrutura, possibilitaria maior controle territorial graças à interligação do território brasileiro e a união do país “por dentro, rasgando, enfim, o cruzeiro rodoviário, que iria ligar uns aos outros os quatro pontos cardeais do território nacional” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 101).

O planejamento econômico de Juscelino causou o que Costa e Steinke (2014) denominam de “poder tentacular” sobre o território nacional. O Estado passa a utilizar a conexão do novo centro de poder em concordância com estratégias que favoreceram e asseguraram seus planos; dentro disto, evidencia-se a crença de que a construção de Brasília resultaria na solução para alguns problemas de uma só vez:

Brasília nova Capital derrubaria três percalços ao Plano de Metas: A inexistência de uma localização privilegiada do poder para o rearranjo das economias regionais, em prol da unificação do mercado nacional; o enrijecimento econômico do litoral palco da colonização; o potencial burguês latifundiário e urbano lotados nas antigas ilhas territoriais produtivas de café e cana-de-açúcar. (COSTA E STEINKE, 2014, p. 4)

A estratégia territorial de integrar todas as regiões do país por meio da sua capital aportava grandes resultados. Costa e Steinke (2014, p. 13) entendem que o Plano de Metas deriva de uma visão universal da economia brasileira de meados do século XX, de matriz desenvolvimentista, ideologia moderno-capitalista, a qual sugere o crescimento econômico por meio da indústria (substituição das importações e industrialização a baixos salários) e mesmo da modernização conservadora.

A ideologia desenvolvimentista, de acordo com Grosfoguel (2013, p. 11), remete ao pensamento iluminista, no qual o sujeito se encontra livre e focado racionalmente para fazer suas



escolhas. Dentro disso, o desenvolvimentismo surge para ampliar esses ideais focados nos eixos governamental e político, de aparato no Estado.

Cada Estado-nação era considerado soberano e livre para controlar racionalmente seu desenvolvimento progressivo. A elaboração dessas ideias na economia política clássica produziu os fundamentos para o surgimento de uma ideologia desenvolvimentista.

Em vista que o Plano de Metas provém de ideais desenvolvimentistas, cabe um breve parêntese para aproximar do entendimento da “modernidade” e sua influência nas sociedades latino-americanas. Após as revoluções de independência não foram muitas as transformações sociais na América Latina, os países continuam imersos nas violências impostas e enraizadas que se arrastam do período colonial e imperialista. A elite branca, em nenhum momento, perdeu a sua influência e domínio, com “[...] uma hierarquia racial onde índios, negros, mestiços, mulatos e outros grupos racialmente oprimidos estavam localizados na parte de baixo [...]” (GROSFOGUEL, 2013, p. 12).

No mesmo sentido, Quijano (2002) discorre sobre o conceito de colonialidade do poder, para explicar essa hierarquia racial que continua a existir e impactar a América Latina (e Brasília é expressão moderna-modernista-modernizante disso, como se vê em Costa e Alvarado, 2019). Por mais que para o Estado, por meio de leis, não devesse haver mais indivíduos escravizados, os alicerces das estruturas de poder dentro da sociedade são compostos e controlados por indivíduos de etnia branca, que de uma forma ou outra mantém perspectivas de um novo escravismo urbano e Brasília é representante disso, como destacam Costa e Steinke (2014, p. 25):

O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste foram incorporados à fronteira macroeconômica Brasileira, em maior benefício ou em prol da qualidade de vida da nova classe média do Sudeste e do Sul do país. Indígenas, populações tradicionais, novos escravos da construção civil, do campo e do capital financeiro, em Brasília, Goiânia, Cuiabá, Campo Grande, Belém, Manaus, Recife, Pernambuco, Salvador, Natal, João Pessoa e outras tantas cidades das três regiões incorporadas ao mercado sudestino, são expressões reais, singularidades efetivas do drama que antecede e resulta no e do poder desenvolvimentista populista da última centúria do Brasil. Mesmo os mais otimistas em relação ao papel da equipagem territorial para o desenvolvimento social equânime reconhecem que as ações em vista de mudanças na sociedade capitalista sempre resolvem um problema e geram outros, de maneira que o desafio parece ser o de localizar o poder capaz de amenizar as desigualdades territoriais e o poder que realmente as reproduzem.

Por conseguinte, todo aquele pertencente aos grupos desprezados por essa elite tem extrema dificuldade de ascender verticalmente na hierarquia social:

A colonialidade é uma relação sociocultural entre europeus e não europeus que é reproduzida constantemente enquanto as estruturas de poder são dominadas pelas elites brancas crioulas e pela construção cultural dos povos não-europeus como “outros inferiores”. O que está implícito na noção de colonialidade do poder é que o mundo não foi completamente descolonizado. (GROSFOGUEL, 2013, p. 36)

Na América Latina, a modernidade eurocentrada é derivada de uma ideologia universal sobre sociedades e culturas. Trata-se de uma construção ocidental, remete ao “transcurso do tempo, a transformações sociais por rupturas, à difusão territorial seletiva de próteses geotécnicas e a intencionalidades transfronteiriças realizadas” (COSTA, 2016, p. 5). Brasília coroa esse movimento que não teve fim no Brasil e outros países do continente. É um grande desafio pensar um turismo cidadão em território que almejam, todavia, a cidadania.

A modernidade deixa espaço para aquilo que é novo, visto que o novo é aquilo que nos fazem desejar, na esfera do consumo e da produção. O moderno demanda o desenvolvimento e progresso da sociedade, firmados em uma relação social hierarquizada, que faz da violência um mecanismo de dominação, sendo que a modernização oculta a forma de atuação da colonialidade (Brasíliamoderna reforço da colonialidade?):

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica). 2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. 3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”). 4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial). 5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera). 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etc. (DUSSEL, 2000, p. 49)

Assim, Brasília e o Plano de Metas refletem a prioridade e a ideologia do governo de JK. O Brasil moderno acompanhou a nova burguesia industrial; o novo centro de poder no Centro-Oeste brasileiro representa muito mais do que se foi difundido para a população.

A cidade moderna, núcleo da modernização do território, é preconcebida com ideais voltados à uma classe específica da sociedade, elemento fundamental para assimilar a construção imagética de Brasília que, ao final, afeta o turismo, pois ele é planejado sobre um território fragmentado e através de paisagens dicotomizadas.

## 1.2 A utopia urbanística e as (im)possibilidades do turismo

"A fundação de Brasília é a fundação do equilíbrio da nação brasileira"-

Juscelino Kubistchek

A construção da capital, que pavimenta o esforço da “Marcha para o Oeste”, representa uma nova fase para a população brasileira. O presidente JK pretendia ingressar o Brasil em um novo momento econômico, focado no progresso, como foi dito; nesse sentido:

Brasília não poderia e não deveria ser uma cidade qualquer, igual ou semelhante a tantas outras que existiam no mundo. Devendo constituir a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, um universo irrealizado, teria de ser, forçosamente, uma metrópole com características diferentes, que ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro. (KUBITSCHKEK, 2002, p. 71-72)

De acordo com as informações encontradas no Arquivo Público do Distrito Federal, no dia 19 de setembro de 1956, foi decretada a nova Lei Nº 2.874, que determina sobre a mudança da capital e outras providências. No art. 19, foi estabelecido à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil a obrigatoriedade de todo mês documentar, compartilhar e tornar público os atos administrativos da diretoria e os contratos por ela celebrados, ou seja, de certa forma era um boletim mensal informativo (BRASIL, 1957). A NOVACAP “foi criada em 1956 por ato legislativo, tendo como diretor Israel Pinheiro, e estava encarregada de construir a cidade e administrá-la durante o período da construção” (HOLSTON, 1993, p.202).

Criou-se, então, a Revista Brasília, primeira revista a ser editada na capital, a qual noticiava os detalhes da construção, por meio de imagens fotográficas, planos arquitetônicos e urbanísticos, estudos, dentre outras formas de informações (BRASIL, 1957).

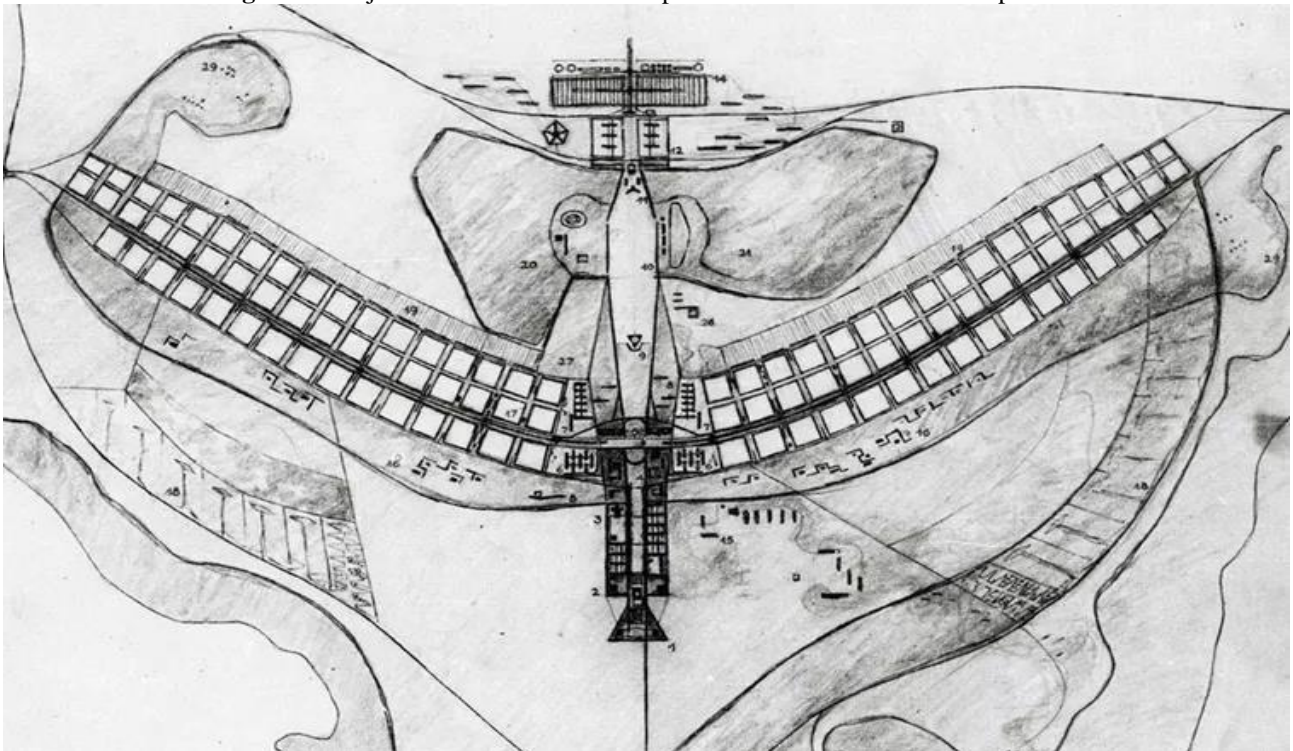
Teve sua primeira publicação no mês de janeiro de 1957 (BRASIL, 1957). Logo na segunda página é possível encontrar um pronunciamento dado por Juscelino Kubistchek, onde diz que a construção da capital é “um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e progresso” (BRASIL, 1957, p.2).

Em concordância com Oliveira (2020, p.44), considera-se “que o espaço é produto de processo social e nele sucedem as relações de reprodução do capital [...], a cidade, por sua vez, como parte integrante do espaço, é transformada em produto do desejo”. Brasília surge do ideal de romper com os paradigmas de cidade existentes. Origina um novo espaço, uma nova cidade a qual foi convertida em produto de vontades e aspirações desde a fase inicial do planejamento (mas, é bom

lembrar com Costa e Steinke, 2014, que, no âmbito macro e inter-regional, a cidade foi construída para atender às demandas do grande capital do Sudeste do país, ou seja, indiretamente Brasília fomenta a indústria brasileira, ao interconectar, obrigatoriamente, todas as unidades federativas, especialmente no eixo Sul-Sudeste-Centro-Oeste-Norte).

A construção de Brasília, gera, conseqüentemente uma nova paisagem artificial. Em setembro de 1956, foi divulgado o Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, aberto por meio de um edital público. O projeto vencedor foi formulado pelo urbanista e arquiteto Lúcio Costa (ver figura 2). Por fim, a concepção e o projeto da cidade ficaram por responsabilidade de Lúcio Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer.

**Figura 2:** Projeto vencedor do Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF (1957)

**Figura 3: Esplanada dos Ministérios em construção**



Fonte: Revista Brasília, outubro de 1957, Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF.

Segundo Santos, (2008, p. 67-68), a paisagem é “tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas por volumes, mas também cores, movimentos, odores, sons etc”. O autor subdivide paisagem em duas categorias: natural e artificial. A paisagem natural é aquela não transformada pelo homem, intocada, em contrapartida, a paisagem artificial engloba tudo o que já foi transmutado pelo ser humano.

Interessa ressaltar que na paisagem do local escolhido para abrigar a capital havia belezas naturais e um céu exuberante, “elemento fundamental da concepção paisagística”. Lúcio Costa planejou a cidade de forma que os aspectos geomorfológicos ficaram em destaque (conferir figura 3), garantindo a integração à natureza e a implantação de uma cidade-parque, como destaca Bispo (2020, p. 45-48) e prossegue:

O desenho urbano da capital brasileira organiza-se a partir das condicionantes geográficas do sítio natural na qual a cidade seria hasteada, tendo a bacia hidrográfica do Paranoá e o lago homônimo como elementos referenciais e fundamentais para a definição do partido urbanístico. As áreas construídas se distribuem de maneira discreta e esmaecida nos vazios urbanos compostos por áreas verdes, livres e públicas. As áreas construídas são circunscritas pelas áreas vazias, onde a espacialização do vazio se apresenta como elemento estruturador do desenho urbano e da paisagem vivenciada pelos transeuntes das superquadras, marcada pela fluidez espacial dos pilotis livres aos jardins adjacentes às edificações.

O governo apresentou a capital como cidade modelo de um novo Brasil, centro moderno do progresso e fator de mudança nacional para os brasileiros. Muito foi investido nos principais veículos de comunicação da época, televisão, rádio e imprensa, com o propósito de alcançar o máximo de brasileiros possível e, de fato, estes meios foram fundamentais para atrair os trabalhadores da construção de Brasília.

O espaço-modelo da Capital da República foi pensado como local de habitação, trabalho, circulação e lazer dos vários segmentos hierárquicos da tecno-burocracia e classes associadas prestadoras de serviço, formando-se, assim, imagens e imaginários utópicos de uma sociedade-modelo. (COSTA e PELUSO, 2016, p. 11)

A capital torna-se então o símbolo do desenvolvimento do país e, em pouco tempo, boa parcela da população estava ciente da construção no interior e com tantos boatos positivos, o Estado obteve apoio popular o suficiente para seguir com seu plano. Famílias inteiras migraram de todas as regiões brasileiras, movidas pelo sonho de um novo começo de vida em Brasília. “Considerando que os operários da construção e funcionários públicos provinham de diferentes lugares do país, originou-se um fluxo migratório intenso na Região Centro-Oeste” (SILVA e QUEIROZ, 2020, p. 254).

Ao contrário da ação de convocar bastante mão de obra e, conseqüentemente, do grande fluxo migratório, o plano urbanístico de Brasília “não incorporou possíveis zonas territoriais para além do Plano Piloto, ou seja, seu planejamento original não foi destinado ao uso e apropriação imediata nem de todos, nem de todo o território do Distrito Federal” (SILVA e QUEIROZ, 2020, p. 253).

Houve uma diversidade nesse fluxo migratório, foram convocados engenheiros, porteiros, médicos, políticos, arquitetos, assessores, comerciantes, funcionários administrativos, motoristas e outros. A hierarquização espacial, de acordo com a classe social, estava presente desde a fase de recrutamento dos trabalhadores.

A cidade desde o início estava dividida em duas, de um lado, os burocratas, de alta classe social, os privilegiados e, do outro, aqueles que migraram em direção a Brasília na esperança de uma vida mais digna. Ou seja, parte dos que chegavam na cidade possuíam uma posição definida dentro da construção e seu local de moradia, por outro lado, os migrantes e trabalhadores pobres eram recebidos apenas para atuar como operários das obras, estes eram realocados para residir em espaços periféricos (HOLSTON, 1993).

A nova capital teve sua imagem construída nas bases de uma cidade ideal e utópica que transformaria o país e a população, mas desde o início de sua construção, a execução foi contrária em comparação à imagem que Juscelino difundia:

Se, discursivamente, a fundação da capital representaria a inauguração de um novo país, na prática, a história é outra. Entendemos que a inauguração da capital, no plano das

idades, reinaugura as agruras de nosso processo desenvolvimentista, de uma industrialização a baixos salários e uma modernização conservadora que desloca, para a ‘Região Concentrada’ do país, as populações mais pobres, sobretudo, do Nordeste e do Norte. (COSTA e PELUSO, 2013, p. 4-5)

Conforme Holston (1993, p. 205), a nova capital foi construída para burocratas, sendo que estes eram parte de:

uma minoria com acesso privilegiado a um âmbito público de recursos que excluía a vasta maioria. Assim, mesmo antes de sua inauguração, Brasília era uma cidade estratificada, onde a incorporação diferencial era condição fundamental de sua organização social.

A capital foi negada a todos aqueles que não faziam parte do ideal construído para a nova vida no Planalto Central. “Negando aos operários da construção direitos de residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse nas raízes na cidade inaugural” (HOLSTON, 1993, p. 200).

Recusavam-se as “multidões” que “invadiam” o espaço-modelo e nele pretendiam se alojar. As multidões, porém, almejavam moradia como forma de se tornarem sujeitos inseridos neste novo “mundo urbano”; testemunho disso foi a fragmentação territorial da cidade unitária para abrigar a classe trabalhadora que deveria regressar às suas terras de origem. (COSTA e PELUSO, 2016, p. 31)

O governo tinha essa imagem de um novo Brasil, mas mantinha a tradicional violência contra negros, nordestinos, pobres, todos aqueles que sempre foram marginalizados na sociedade brasileira. “Brasília representa, desde a origem, o marco simbólico da segregação socioespacial imposta pelo Estado no Brasil; chancelou a capacidade governamental de dar corpo às desigualdades e lutas de classes, cuja memória pouco é divulgada” (COSTA e PELUSO, 2013, 6). Para Alves (2020, p. 156):

a violência se fez e se faz como ferramenta das colonialidades, impondo a conquista, a escravidão, a industrialização, a modernização e o desenvolvimento (como processos espaciais) para um controle do território e domínio dos sujeitos, em tentativa de silenciá-los ao longo da história.

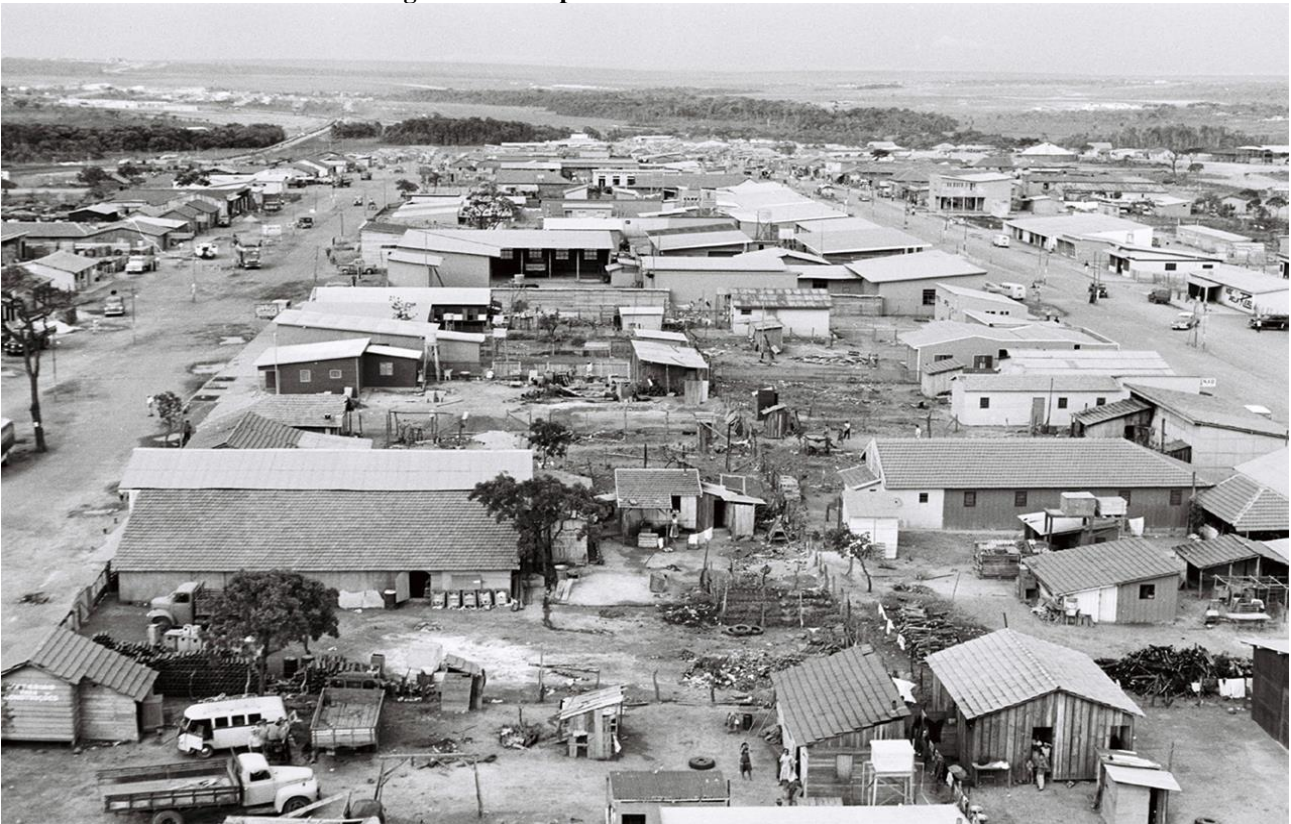
O território da nova capital, fruto modernista e do desenvolvimento do país, parecia não ter espaço para as populações mais pobres, pelo menos não no Plano Piloto; foram planejados acampamentos provisórios em áreas periféricas de Brasília, com a intenção de afastar os “indesejados”.

Se a premissa fundamental da fundação de Brasília é a de que ela deveria marcar a alvorada de um novo Brasil, então é precisamente a sua exemplar excepcionalidade no conjunto das cidades brasileiras o que a define como um projeto idealizado de desenvolvimento. Essa diferença utópica entre a capital e o país significava que o planejamento de Brasília tinha de negar o Brasil existente. Assim, o plano piloto apresenta a fundação da cidade como se não tivesse nenhuma história. De modo similar, o governo pretendia inaugurar a cidade construída como se esta não tivesse uma história de construção e

ocupação. Ao inaugurá-la, planejava revelar um milagre: uma cidade reluzente, vazia e pronta para receber os que deveriam ocupá-la. Essa apresentação de uma ideia inabitável negava o Brasil que a cidade já havia incorporado: a população dos que a construíram. (HOLSTON, 1993, p. 199)

Um exemplo é a Cidade Livre, a cerca de 15 km do Plano Piloto, povoamento provisório e planejado, com o intuito de abrigar parte dos que se locomoveram para a edificação de Brasília (chegar figura 4 e 5); possuía esse nome porque as atividades que ali aconteciam eram isentas de impostos e taxas, sendo que a isenção das taxas e impostos faziam parte de uma política de incentivo do Estado para manter a população. A Cidade Livre foi construída e idealizada para ter um fim, mas os moradores criaram uma identidade vinculada ao território, contrariando a ideia inicial do governo (COSTA e PELUSO, 2013).

**Figura 4: Acampamento na Cidade Livre**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF.



**Figura 5: Candangos na Cidade Livre**



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF.

Posteriormente à inauguração, mais precisamente no ano de 1960, “a classe de trabalhadores operários, [...] foi excluída e destituída de exercer o direito de permanecer no território que consagrou”; o Governo do Distrito Federal retirou o direito de moradia na cidade utópica. Em consequência ao deslocamento dos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, surgiu as “dinâmicas urbanas que desenvolvem o território no entorno do centro de Brasília”, ou seja, o espaço urbano do DF é resultado da ocupação da terra “ocupação da terra urbana exacerbadamente fragmentada e desigual entre o centro de Brasília e as periferias que se formaram” (SILVA e QUEIROZ, 2020, p. 255).

“Aqueles que ergueram a Capital deveriam deixá-la ao término de sua missão, mas negaram-se a isso e no Distrito Federal permaneceram, a compor os núcleos populacionais novos no entorno da cidade finalizada” (COSTA e PELUSO, 2016, p. 13). Muito foi feito para acabar com esses lugares ocupados, mas sempre houve resistência e luta pela fixação. “Nesse contexto, surgem as Regiões Administrativas como proposta de assentamento da população de baixa renda, então periferizada, a fim de mantê-la à distância do núcleo do poder político hegemônico local e nacional: a RA I: Brasília/Plano Piloto” (ALVES, 2020, p. 154).

Inicialmente, as RA’s eram chamadas de Cidades Satélites, local dos construtores da capital, renegados pelo Estado devido a sua classe social, e ao fato de serem parte da história e memória que a nova capital veio para dissolver (HOLSTON, 1993; SILVA e QUEIROZ, 2020).

Em um primeiro momento, há, por parte do GDF, o incentivo à migração, densificando o novo espaço urbano. Em seguida, os migrantes são realocados em novos locais de moradia. A partir daí surgem as cidades-satélites, com assentamentos de população de baixa renda. O que inicialmente é planejado com a racionalidade modernista sofre uma ruptura; novos núcleos urbanos surgem e ampliam a sua mancha urbana. (OLIVEIRA, 2020, p.50)

Essa discussão pretendeu enaltecer que o Distrito Federal e Brasília não escaparam das contradições negadas, no intuito de se alcançar, pela nova cidade, um novo Brasil. JK idealizou a cidade perfeita para aqueles que se encaixavam em sua realidade perfeita, os demais serviram, momentaneamente, para apoiar e sustentar seu plano desenvolvimentista.

O brasileiro de pouca renda precisou lutar e resistir por um lugar na cidade nem tão utópica. Entender esse processo contraditório da emergência de Brasília para o país, com suas nuances próprias, ajuda a ressaltar os desafios que temos que enfrentar, antes e durante do planejamento turístico. Por isso, o foco desta monografia está nos patrimônios-territoriais de umas das Regiões Administrativas que mais sofre com estereótipos, preconceitos e segregação socioespacial estimulada pelo próprio Estado (ALVES, 2020); é o caso da RA Ceilândia, a qual “tem sua origem vinculada à difusão dos aglomerados humanos dos canteiros de obras da construção de Brasília e dos arredores da antiga Cidade Livre ou Núcleo Bandeirante” (COSTA e PELUSO, 2013, p. 21).

Assim, assume-se que por mais que na prática a nova capital não tenha alcançado a perfeição imaginada, a utopia se faz necessária para idealizar uma realidade melhor (HOLSTON, 1993). E o patrimônio-territorial é, em si, fundamentado em utopismos espaciais, o que vincularemos como alternativa às (im)possibilidades do turismo, ou seja, no contexto da contradição revelada pelo território injustamente ordenado, esperamos identificar potenciais espaciais-paisagísticos via patrimônio-territorial, para um turismo verdadeiramente cidadão no DF.

## 2 TURISMO, PATRIMÔNIO E PODER

No presente capítulo, será abordada a definição de turismo e uma de suas segmentações, o turismo cultural. Logo depois, serão consideradas conceituações distintas sobre o patrimônio e sua vinculação com as estruturas de poder dentro da sociedade brasileira.

Por mais que para alguns o turismo seja apenas uma atividade econômica (SILVA, 2007), nesta monografia considera-se turismo como um fenômeno social (MAGALHÃES, 2008; PENA e MOESCH, 2016), “complexo e contraditório, que afeta todo o mundo e todas as camadas sociais, mesmo aqueles que não participam de forma direta de sua prática” (MAGALHÃES, 2008, p. 96).

Um referente do turismo no Brasil, Beni (1998, p.8) destaca a complexibilidade do fenômeno, ao dizer que “o turismo, portanto, como resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem campo de estudo super abrangente, complexíssimo e pluricausal”. Pena e Moesch (2016, p. 276) afirmam que:

O Turismo deve ser entendido em sua complexidade como um sistema orgânico, aberto que estabelece relação direta e indireta com diversos objetos: econômico, social, cultural, ambiental expressos por fazeres empíricos tais como: comércio, lazer, eventos, entretenimento, animação cultural, gastronomia, hospedagem, esporte, transporte, saúde, seja em ambientes urbanos, rurais ou de natureza preservada.

Prosseguem os autores mencionados, argumentando que o turismo impacta em diversos âmbitos, por isso tem fundamento composto por diversas disciplinas, ou seja, é um fenômeno de caráter interdisciplinar:

O conteúdo interdisciplinar do objeto turístico solicita construções investigativas associadas às áreas das ciências sociais aplicadas (sociologia, história, antropologia, economia, direito, administração, psicologia, educação, comunicação, geografia), como das ciências da natureza (biologia, geologia, climatologia) e da própria filosofia da ciência na definição de sua episteme. (PENA E MOESCH, 2016, p. 276)

Conforme a OMT, turismo é considerado como o ato que o indivíduo tem de se deslocar de seu lugar habitual, por um tempo superior a um dia e inferior que um ano, com o objetivo de negócios, saúde, lazer etc.; o que parece uma descrição pouco profunda do fenômeno. Farias, Sonaglio e Ferreira (2019, p.5), criticam esse conceito, ao afirmarem que:

O conceito mais utilizado e reconhecido sobre turismo é o que reconhece que para ser considerado turista, a pessoa deve estar em local diferente do que reside em mais de 24 hora e menos de 1 ano. Não sendo a mais adequada definição, visto que uma pessoa pode contribuir em relação à economia, cultura, conhecimento e relações sociais diversas estando em contato com pessoas e lugares em uma viagem de um dia apenas, não necessitando pernoitar em quaisquer locais de acomodação do setor.

Também é importante entendê-lo com Moesch (2002, p. 9), para quem:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

Este fenômeno social é considerado por muitos apenas como uma mera atividade econômica e capitalista, em razão de envolver diversos agentes turísticos, produtos e serviços. A atividade turística impacta diretamente e indiretamente as localidades, podendo criar novas interpretações sociais sobre a realidade material:

[...] podemos considerar el fenómeno del turismo como una realidad compleja desde un doble punto de vista: por un lado, el turismo está constituido por una complejidad sistémica (diversidad de agentes) y una complejidad fenoménica (diversidad de interpretaciones), que veremos a continuación. Y por otro lado, el turismo presenta una dimensión simbólica expresada en distintas interpretaciones socialmente construidas sobre la realidad material, y a la vez, una dimensión material, en forma de productos sedimentados en los espacios turísticos, que fueron construidos a partir de las interpretaciones de distintos agentes a lo largo de la historia. (MEDINA, 2012, p. 23)

Nessa sequência de definições que pretendem nada mais que esclarecer o fenômeno, vale destacar a afirmação de Ignarra (2003, p. 16), ao considerar que o turismo:

“é uma combinação de atividades, serviços, e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem: transportes, alojamentos, serviços de alimentação, lojas, espetáculos, instalações para atividades diversas e outros serviços receptivos disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam. Engloba todos os prestadores de serviço para os visitantes ou para os relacionados a eles. O turismo é uma indústria mundial de viagens, hotéis, transportes e todos os demais componentes, incluindo o marketing turístico, que atende às necessidades e aos desejos dos viajantes. Do ponto de vista estritamente econômico, pode-se dizer que é a soma total dos gastos turísticos dentro de um país, subdivisão política ou região econômica centrada no deslocamento de pessoas entre áreas contíguas.

Por mais que o turismo funcione dentro do sistema capitalista, afirmar que o impacto do mesmo na sociedade se baseia apenas em questões econômicas é errôneo. O turismo quando estudado e planejado em diálogo com a população local possibilita o reconhecimento do outro, o intercâmbio cultural de forma a acrescentar nas vivências e experiências individuais e coletivas. E é com o intuito de reconhecimento de povos subalternizados, que trabalharemos a (im)possibilidade do turismo em Ceilândia, juntamente com os patrimônios-territoriais

## 2.1 Turismo Cultural: algumas perspectivas

Devido a sua complexidade e suas grandes possibilidades de atividades, para uma melhor compreensão e planejamento, o turismo é segmentado de acordo com elementos de oferta turística, como por exemplo, turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de estudos e intercâmbio, entre outros (BRASIL, 2010). Destaca-se que esses segmentos buscam corresponder às expectativas do público alvo (SOUZA; FARIAS; FERREIRA; ALEXANDRE, 2019).

O segmento trabalhado nesta monografia é o turismo cultural, com a finalidade de alcançar a compreensão necessária do objetivo geral deste estudo, que é: *analisar a possibilidade de expandir a imagem turística do destino Distrito Federal, com base na teoria do patrimônio-territorial, ressignificando espaços desprezados no cerne do ideal eurocêntrico de modernidade*. Pérez (2009, p. 109) discorre sobre as possibilidades para se conceituar o turismo cultural:

[...] a semântica leva-nos a observar como o turismo cultural é considerado de formas diversas: actividade, experiência, formato do produto turístico, motivação ou factor chave para a viagem e/ou forma de realizar a actividade cultural. Num sentido mais restrito o turismo cultural seria um tipo de viagem por motivos unicamente culturais e educativos, uma definição que também apresenta os seus problemas e que não chega a ser consensual.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 13), o turismo cultural:

compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Para Goulart e Santos (1998, p. 19), “o turismo cultural como um fenômeno social, produto da experiência humana, cuja prática aproxima e fortalece as relações sociais e o processo de interação entre os indivíduos e seus grupos sociais, seja de uma mesma cultura, ou de culturas diferentes”. Em diálogo com o anterior, na compreensão de Marujo (2015, p. 15):

se o turismo cultural permite o acesso à história, à cultura e ao modo de viver dos outros povos ou regiões, então, ele fomenta o conhecimento de um universo em relação ao outro, oferecendo uma maior compreensão e comunicação entre as diferentes populações.

De fato, o segmento Turismo Cultural aproxima as sociedades de diferentes culturas e possui grande potencial para disseminar conhecimentos e cuidar de memórias e patrimônios locais.

Como afirma Köhler e Durand (2007, 187-188), de acordo com a literatura, existem dois contextos de conceituação o turismo cultural. Define-se turismo cultural segundo a demanda, a qual apresenta o “turismo cultural sob o foco das motivações de viagem e percepções e experiências pessoais dela oriundas”, ou seja, “trata-se de um conceito baseado na demanda por experiências

culturais, a partir do repertório e das circunstâncias de cada turista”; visto que depender de vivências individuais de cada turista dificulta determinar o que seria uma atração cultural. A segunda classificação se baseia conforme a oferta, que aborda o proveito de equipamentos turísticos e “atrações previamente classificados como culturais: sítios e centros históricos, festivais, gastronomia local, centros de interpretação patrimonial, mercados tradicionais, museus, entre outros espaços, objetos e eventos”.

Na compreensão de Toselli (2006, p. 176), a globalização fomenta nas comunidades receptoras a vontade de se encontrar novamente em sua cultura e fortalecer a identidade cultural, a partir, também, da ressignificação patrimonial como fator de união, e em relação aos turistas, fomenta um interesse pela diversidade cultural encontrada em outras culturas. Em vista disso, o segmento turismo cultural é capaz de “cumplir un papel estimulador para revalorizar, afirmar y recuperar los elementos culturales que caracterizan e identifican a cada comunidad ante un mundo globalizado”.

El turismo cultural puede ser un positivo instrumento de desarrollo local y regional, entendido esto último desde una visión socio-económica que permita una equitativa distribución de los beneficios, ya sean de carácter económico, social y cultural en las comunidades anfitrionas, reflejado en una mejora de la educación, la formación, la creación de empleo, y la generación de ingresos, colaborando en la erradicación de la pobreza, por ejemplo en el caso de los países en desarrollo. (TOSELLI, 2006, p. 177)

Alvarado, Zamora e López (2018) argumentam sobre a sociedade contemporânea necessitar de uma cultura visual, que mostre o melhor do lugar incluindo os patrimônios; desde o Grand Tour, os bens culturais são importantes atrativos para os turistas e suas experiências. Essa procura pelo diferente tem ocasionado que “fenómenos como el turismo y la patrimonialización han cobrado fuerza alrededor del mundo como dinamizadores de una cultura global centrada en el consumo desmedido (incluso de lugares y elementos culturales) y en la “cacería de recuerdos”” (ALVARADO, ZAMORA e LÓPEZ, 2018, p. 45). Por outro lado, o turismo pode beneficiar comunidades não só pelo ponto de vista econômico, mas também social com a valorização da identidade cultural e incremento da cultura local (GEISS e GASTAL, 2007).

O turismo cultural pode ser uma ferramenta muito valiosa na valoração de culturas e identidades, por meio do resgate e ressignificação de bens culturais (GEISS e GASTAL, 2007; MOESCH, 2013). O patrimônio vinculado ao turismo cultural é capaz de mudar toda a estrutura social de um lugar, desde que a comunidade esteja envolvida em todos os processos de decisões e tenha o poder para controlar a atividade turística.

## 2.2 Notas sobre o patrimônio cultural material e imaterial

Tradicionalmente, o termo patrimônio sempre esteve correlacionado aos bens materiais ou de herança “do pai” ou paterna. Inúmeros são os artigos e livros que tratam sobre os conceitos de patrimônio cultural; dentro disso, muito se é relatado e pensado sobre a preservação dos mesmos e suas respectivas memórias, de forma que nas últimas décadas houve uma verdadeira mudança na forma de se conceber o patrimônio, especialmente vinculado ao turismo cultural. Porém, neste momento, o conceito de patrimônio cultural é abordado com a finalidade de criarmos uma base de conhecimento, a fim de introduzir, mais adiante, o conceito de patrimônio-territorial trabalhado por Costa (2016, 2017, 2018, 2020).

Antes de irmos mais a fundo na análise patrimônio cultural, se faz substancial compreender parte da trajetória do debate sobre a preservação patrimonial no Brasil. Após anos de questionamentos pelo mundo sobre a patrimonialização, em 1934, o Estado brasileiro começou a relatar a importância de se preservar bens culturais e naturais; nesse contexto nasce o SPHAN<sup>3</sup>, hoje conhecida como IPHAN<sup>4</sup>, composta por ideia da busca pela preservação patrimonial de recursos naturais e materiais; era também a procura para se construir e consolidar a identidade brasileira (PELEGRINI, 2006; FONSECA, 2006).

Os patrimônios culturais de cada sociedade representam sua história e memória de acordo com os tempos, significando uma relação reflexiva entre o passado e a tradição, como destaca Castriota (2009, p. 11) e prossegue:

O patrimônio cultural constitui hoje um campo em rápida expansão e mudança. De fato, nunca se falou tanto sobre a preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele, nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais. Entramos no século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio-ambiente.

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), no artigo 216, Seção II, Da Cultura, já considerava o termo patrimônio cultural como:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

<sup>3</sup> Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

<sup>4</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Será nos anos 2000 que, no Brasil, o patrimônio cultural assume duas categorias que nos parece complementares, o material e o imaterial, sendo que o patrimônio material são os bens tangíveis, por exemplo, prédios, esculturas, arquivos, sítios arqueológicos, entre outros. O patrimônio imaterial diz respeito aos bens intangíveis:

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Essa definição bem indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais. (CASTRO e FONSECA, 2008, p.12)

Segundo Castro e Magalhães (2020, p. 122), “o patrimônio cultural significa uma relação social baseada em diferentes modos de apropriação dos objetos materiais e simbólicos e alimenta uma cadeia de relações dotadas de significados”. Essa apropriação, muitas das vezes, é feita por órgãos ligados ao Estado, que impõe uma onda universalizante entre as culturas, de forma a área do patrimônio cultural (na teoria e na prática) é composta por disputas de poder (TAMASO, 2005).

Muito se foi e é debatido sobre os patrimônios institucionalizados, mas é importante ressaltar que os bens culturais não possuem valor semelhante para todos os sujeitos, grupos ou classes sociais (OLIVEIRA, 2020, p. 288). Parte dos bens materiais tombados não fazem sentido para uma parcela da população, já que aqueles que estão no poder, geralmente, possuem uma perspectiva elitista sobre manifestações que representam a nacionalidade brasileira, isso visto que falta interesse pelo espaço comum da população (YÁZIGI, 2019).

Pelegrini (2006, 66), destaca que, antes as práticas preservacionistas:

remontava aos pressupostos que informavam as noções de memória e de patrimônio, assentadas na idéia de que os monumentos históricos constituíam basicamente objetos artístico-arquitetônicos e não signos da memória social, capazes de catalisar noções de pertencimento do grupo.

Como consequência, boa quantidade dos patrimônios materiais não refletem as comunidades locais, em contrapartida, o patrimônio cultural imaterial a todo reflete e preserva a história e memória local, por conta sua própria concepção; como aponta Mendoza (2018, p. 73-74), o “patrimônio



cultural se puede definir como los bienes o expresiones, producto de prácticas culturales, que cuentan con valores y significados reconocidos por una comunidad” e também como:

elementos culturales que son detentados y accionados por ciertos grupos o individuos de cualquier comunidad, que son significados y pueden tener referentes materiales, son transmitidos de generación en generación. Se trata de un proceso en continua construcción y no un acto finito.

Essa definição do que é patrimônio cultural para Mendoza (2018) se harmoniza com os dois conceitos de patrimônio existentes para o Estado brasileiro. Ambos patrimônios são importantes para a construção identitária de diversas comunidades, e devem ser valorizados de acordo com os significados determinados pela comunidade que tem ligação com o mesmo; vale ressaltar que o patrimônio institucionalizado quase todas as vezes possui significado distinto do originalmente atribuído (TAMASO, 2005).

Parte dessa diferença entre o patrimônio material e imaterial vem de se misturar a patrimonialização com a área econômica e política, resultando em uma hierarquização das duas categorias por meio de objetos e espaços que, por vezes, colocam em xeque a autonomia de populações e grupos sociais e também “dos próprios bens culturais que buscam cristalizar” como parte da identidade nacional (OLIVEIRA, 2020, p. 282), sendo o imaterial mais difícil de ressignificar, devido a sua existência vinculada diretamente às comunidades.

As cidades viraram espaço de disputa, isso se percebe ao analisar as experiências sociais, a forma de cuidar e lidar com determinados espaços banais e conseqüentemente, os bens patrimonializados são disputados na sociedade, seja pelas populações mais tradicionais ou originárias, por motivos econômicos e/ou políticos (OLIVEIRA, 2020). De toda forma, o foco para se tomar ações dentro da área patrimonial deve ser em todos, inclusive nas populações marginalizadas, muitas delas destituídas de seus próprios espaços e impactadas pela irresponsabilidade pública perante os bens culturais patrimonializados (PELEGRINI, 2006; YÁZIGI, 2019).

### 2.3 Patrimônio-territorial: uma desconstrução do poder moderno

Parte do propósito deste trabalho de conclusão de curso é apresentar e defender o conceito de patrimônio-territorial proposto por Costa (2016, 2017, 2018), como uma alternativa às práticas sociais situadas, ou seja, compreende a história do território e dos sujeitos subalternizados nessa mesma história.

O patrimônio-territorial é criador de utopias, sendo ele mesmo carregado de utopismos, é símbolo de oposição à colonialidade duradoura e defende a “história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder: arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternizados urbanos e rurais” (COSTA, 2016, p. 2).

Entender e interpretar, anteriormente, mesmo que a título de anotações, nuances da formação territorial de Brasília foi necessário para abordar o patrimônio-territorial particular do DF, em especial Ceilândia, considerando elementos que contenham importância e/ou relevância simbólica memorial de indivíduos localizados nas chamadas periferias urbanas (COSTA, 2016).

É importante lembrar que o território urbano “é produzido material e idealmente, com um caráter de situação territorial singular, pois é vivido, percebido e representado de maneira simultânea por atores e agentes, de forma sintagmática ou interdependentemente, em relações de poder” (COSTA e PELUSO, 2016, p. 8). Assim, é possível afirmar que o patrimônio-territorial está diretamente ligado à essas relações de poder; afinal, se “o espaço é produto de processo social e nele sucedem as relações de reprodução do capital [...]” (OLIVEIRA, 2020, p. 53), é importante também entender o que resiste ao capital ou favorece à reprodução da vida minimamente digna dos grupos não inseridos nas benesses do capitalismo.

A modernidade impõe uma universalidade sujeita às instituições que definem normas e conceitos, impondo-os à população, inclusive à que não compartilha dos mesmos ideais burocráticos ou institucionais. Logo, é possível aceitar a ideia de que o conceito de universalidade é limitante e exclui todos aqueles que não se enquadram nesse caráter específico e generalizador, sobretudo eurocentrado.

A modernidade latino-americana catalisada pela ânsia bulionista europeia, que redundou na complexização territorial do continente, apresenta várias dimensões cruzadas de ideologias e de utopias; mas, interessa tratar de duas: uma ideologia universal [dilatante de contrassensos do colonialismo e da colonialidade] e uma utopia particular [que demarca variantes estéticas continentais ou objetos e saberes simbólicos tratados aqui por patrimônio-territorial resultante e certificador daqueles contrassensos - resistência que perdura espacial e subjetivamente]. (COSTA, 2016, p. 5)

Historicamente, a maioria dos patrimônios tombados e/ou registrados pelo IPHAN, são de origens brancas, misóginas, eurocêntricas e de cunho militar (FONSECA, 2006); isso denota uma dimensão do poder estatal-religioso-militar que segue dominando concreta e imaginariamente nossa sociedade. Esse processo redundou numa lógica discutida por Costa (2014, p. 244) como patrimonialização global.

O primeiro e salutar ponto a ser destacado diz respeito ao conceito proposto patrimonialização global, que definimos como sendo o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado, sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária. Há uma verdadeira corrida mundial das governanças urbanas e dos Estados para a inserção dos bens culturais e naturais ou cidades antigas e modernas espalhadas pelo planeta, na rede internacional do turismo. São lugares que alcançam seu auge junto à estratégia do mercado ao serem contemplados com a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, tomando posição no frenesim da “guerra dos lugares” com a inserção na Lista do Patrimônio Mundial.

Essa tendência globalizante do patrimônio também incorpora a dimensão do saber vinculada à colonialidade do poder, considerando as sociedades latino-americanas, de forma que é projetada, por meio desses bens, a elite composta em sua maioria por indivíduos que buscam aplicar suas vontades, crenças, morais sobre o resto da população, com a justificativa de que eles são avançados ou desenvolvidos por um direito adquirido pela história em comparação aos “outros” (QUIJANO, 2002; GROSGOUEL, 2013). Talvez, essa seja uma estratégia velada que o patrimônio instituído esconda, quando uma nação ou governo prioriza declarar como patrimônio de todos os bens que, em verdade, não significam a todos.

Assim “a colonização e a colonialidade como formas modernas de dominação e exploração perpetuadas [...]” (COSTA, 2017, p. 58) impactam a vida dos sujeitos e seus bens, onde o patrimônio exaltado parte de uma visão de mundo etnocêntrica, na qual o grupo dominador se vê como detentor do direito de definir o que é e o que não é patrimônio da nação e do mundo.

Diante disso, o patrimônio-territorial apresenta-se como utopia, pois os utopismos e “a utopia rompe com a realidade presente e projeta o futuro, assume-se o utopismo como o ideal do processo social inovado e já em andamento; proposição no devir fundada em ações de potencialidades e de fragilidades situadas e em situação duradoura” (COSTA, 2016, p.2).

Entende-se utopia como a transformação estrutural das classes sociais na atualidade e vindouras; denota uma projeção efetiva e revolucionária da sociedade atual, que anseia um futuro distinto; para isso, as escolhas, políticas e ações no momento presente são essenciais para ocasionar mudanças futuras (COSTA, 2017).

O utopismo primordial do patrimônio-territorial está no rompimento com a originária colonialidade eurocêntrica, regional e provinciana de modernidade, cuja atribuição de explicação está em fenômenos restritamente intra-europeus, ou seja, a modernidade não assumiu significado mundial a priori. O patrimônio-territorial quer resgatar, localizar, dar sentido moderno à América Latina e sentido mundial à modernidade, pois, concretamente, fala-se em história mundial com a operação do sistema-mundo, do qual o continente foi baluarte, desde fins do século XV. (COSTA, 2016, p. 6)

Ressalta-se também que o patrimônio-territorial reassume e reconquista a história e memória resistente à universalidade imposta pela chegada da modernidade nos países latino-americanos:

A modernidade/colonialidade guarda a violência histórica como *modus operandi*, cuja moral superior impõe “desenvolver os primitivos” e “promover o esclarecimento”, postando a Europa como parâmetro de “desenvolvimento” e “educação”. O patrimônio-territorial resgata, situa e ressignifica, espacialmente, o que resiste na América Latina: do índio sacrificado, do negro escravizado, da mulher oprimida, da cultura popular desprestigiada, dos recursos territoriais expropriados, ou seja, aquela “face oculta” da modernidade. (COSTA, 2016, p.7)

Um dos propósitos do utopismo patrimônio-territorial é despertar o desejo de lutar, de se opor ao sistema vigente e a hierarquia racial, social e territorial:

O utopismo patrimônio-territorial afronta, por meio de sujeitos, de grupos e de bens culturais situados e em situação espacial, a ideologia que legitima, na história, a colonialidade do poder e do saber. Quando essa ideologia distorce, firma e diferencia lugares, a consciência e o conhecimento sobre tais lugares, contraditoriamente, ela estimula resistências. (COSTA, 2016, p. 9)

O conceito vem como um afrontamento à ideologia da colonialidade do poder, por intermédio de bens culturais de grupos ou indivíduos localizados em uma situação vulnerável espacial (COSTA, 2016, 2017, 2018). Alves (2020, p. 157) também trabalhou com o conceito, aplicado ao Distrito Federal, e considera que o patrimônio-territorial:

[...] tem sua definição apresentada como representativo dos elementos que possuem valor simbólico derivado da memória, dos usos e dos significados dados a estes pela população residente, em sua vida cotidiana, nas periferias dos campos e das cidades, notadamente na América Latina e no Caribe. (ALVES, 2020, p.157)

Outros autores também discutiram o patrimônio-territorial vinculado à proposta de E. Costa. Por exemplo, podemos comentar os estudos de Rúbio-Schrage (2019), Rodríguez (2020), Hostensky (2020) e Mesquita (2020).

Rúbio-Schrage (2019) aborda a luta pelo território do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Cafundão, no distrito Cachoeira do Brumado do município de Mariana, em Minas Gerais. A comunidade reside nessas terras há décadas e tem a sua identidade e renda vinculadas ao torneamento da pedra-sabão, para a fabricação de panelas e outros utensílios. Essas famílias residentes do Assentamento encontram-se ameaçadas por elites agrárias e também pelo Estado, o qual

constantemente criminaliza movimentos sociais ligados à reivindicação de terras e que impõe a modernização do território. Nesse contexto, Rúbio-Schrage retrata o saber local como fator de ativação do patrimônio-territorial, e utiliza o mesmo como elemento de transformação e valorização dessa comunidade subalterna e negligenciada.

Rodriguez (2020) pesquisou a importância do Amarantho/*huauhtli* como um cultivo ancestral para os habitantes de Santiago Tulyehualco, pertencente a Cidade do México. A mancha urbana crescente, que atinge Tulyehualco, impacta diretamente a população, sendo que o processo de urbanização é identificado como uma das maiores ameaças ao estilo de vida dos agricultores que trabalham e habitam na localidade. A geógrafa mexicana retrata a importância do plantio de Amarantho para a comunidade como patrimônio-territorial, o mesmo faz parte de histórias e memórias populares, sendo assim grande parte da importância da vivência tanto de indivíduos mais velhos como mais novos.

Hostensky (2020) relata o resultado da sua pesquisa de campo na comunidade quilombola do Portão do Gelo – Nação Xambá, localizada na cidade de Olinda no estado de Pernambuco. Por meio de observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas, observou, estudou e analisou todas as ações de resistências da comunidade aos longos dos anos, para manter sua identidade e cultura ligadas a religiosidade do terreiro. A história da comunidade é repleta de condutas e mecanismos estratégicos de resistência e obstinação “pela permanência do grupo na localidade, pela preservação e pela valorização de sua religiosidade e de sua identidade” (HOSTENSKY, 2020, p. 198). A comunidade tem bem claro a noção de seus patrimônios-territoriais, a partir disso a autora relaciona as ações realizadas como forma de ativação do patrimônio-territorial.

Mesquita (2020) analisa as lógicas patrimoniais no bairro Loma San Jerónimo, na capital Assunção, no Paraguai. As capitais na América Latina sofrem com a tendência de modernizar em busca do desenvolvimento econômico, Assunção não é diferente. No bairro Loma San Jerónimo, é possível visualizar as consequências dessa modernização focada na busca de resultados econômicos por meio da patrimonialização internacionalizada, onde existem no mesmo local classes diversas sociais, no qual a classe popular é a que mais sofre, principalmente com fenômenos naturais que atinge grande parte da população. Nesse sentido, a noção global de patrimônio apaga aos poucos a história e memória da população indígena e descendente. Mesquita (2020) aborda o patrimônio-territorial como símbolo de resistência popular indígena contra a lógica universal da “patrimonialização global”, esta que foi definida por E. Costa em seu doutoramento; é pelo patrimônio-territorial que a população tem de estar conectada com sua identidade.

O patrimônio-territorial ressalta a importância da cultura popular sobre a cultura de massa. Alves (2020, p. 156), baseado em Milton Santos, vai dizer que “a cultura popular, assim, por se basear no território, no trabalho e no cotidiano dos sujeitos, ganha a força necessária para deformar o impacto da cultura de massa, imposta pela indústria cultural”.

Ainda, é importante entender para a operação desta monografia, que a aplicação conceitual do patrimônio-territorial, justifica a “renúncia dos centros antigos ou tradicionais como as *únicas referências memoriais da cidade*” (COSTA, 2016, p. 14). O conceito totaliza a história do território, valora a história dos sujeitos situados e dialetiza vulnerabilidades e potencialidades da existência, o que ajuda a entender alternativas e problemáticas do turismo e para o desenvolvimento social em vias do turismo. Ao que parece, o conceito escapa da crítica radical que, muitas vezes, vincula turismo, patrimônio e espaço.

Assim, será abordada e trabalhada a Região Administrativa Ceilândia, a qual possui grande potencial turístico cidadão; mas devido ao fato de ser uma área periférica da capital e com grande porcentagem de nordestinos, criou-se um estereótipo negativo ou mesmo um “estigma espacial” (COSTA, 2018) sobre a cidade. Brasília representa uma pequena porção do território do Distrito Federal e é indispensável romper com a ideia de que somente o Plano Piloto é detentor de cultura. Na tese central do patrimônio-territorial, a população suburbana ganha forças para se impor e lutar por mudanças que valorizem a sua memória e história, e conseqüentemente, ocasionem transmutações necessárias para a sociedade.

[...] em um continente ainda marcado pela colonialidade do poder e do saber, pela modernidade e modernização seletivas no território, a potência das mudanças está com os povos periféricos, cuja formação social [que sempre demandou solidariedade espacial] especializa-se em cultura material e ideal, saberes e fazeres singulares localizados. A cultura popular, assim, tem fôlego no território e no lugar, tem sua história tópica pelo sentido atribuído pelos subalternizados. O trabalho, o cotidiano e a criatividade, junto à mobilidade e a mobilização, compõem um arsenal de ideias e de práticas para a *práxis situada* por uma outra patrimonialização global, de uma economia e uma política também situadas antes de tudo, pela defesa comum da vida na sociedade dos riscos. (COSTA, 2016, p. 28)

Se, conforme Cravidão (2004, p. 311), o território é um recurso finito, o respeito pelas populações locais é um dever e as identidades culturais constituem um patrimônio coletivo, o conceito de patrimônio-territorial evoca tal respeito, de forma que o poder também parte de cada indivíduo que vivencia, diariamente, determinado espaço; são os sujeitos em situação espacial quem tem a força da mudança:

O sentido e a força do patrimônio-territorial estão no sujeito localizado, e não na cabeça de quem pesquisa ou pensa preservá-lo, sem vivenciá-lo espaço-temporalmente. É a população quem pode revelar e assumir o destino do seu lugar e tudo que o constitui; é a

guardiã da preservação cultural e da difusão da memória, até onde deseja [...]. (COSTA, 2017, p. 70)

Em resumo, o patrimônio está interligado diretamente ao poder disciplinar exercido pelo Estado e o patrimônio-territorial não depende do rigor ou da disciplina do Estado, muito ao contrário. Foucault (1984) considera o poder como fenômeno já existente, não dependendo de sujeitos para existir ou acontecer; o poder *é*; o Estado utiliza do poder disciplinar para controlar a população a agir conforme regras e intenções dos indivíduos ou grupos que estão localizados no alto da hierarquia política. Nesse sentido, o patrimônio cultural declarado pode ser utilizado como ferramenta de autoridade e domínio, podendo alterar e invisibilizar memórias e histórias distintas daquelas que o Estado considera ideal. A força e a importância do patrimônio-territorial estão na desconstrução deste poder de origem moderna, concepção convocada no título deste item de capítulo.

### 3. “CEI-LÂNDIA”! COMISSÃO DE ERRADICAÇÃO DE INVASÕES: NOVA CIDADE

A construção da capital, como já mencionado, atraiu migrantes de todas as partes do país, com isso surgiram diversos agrupamentos dos canteiros de obras de Brasília em zonas periféricas da Cidade Livre, hoje, Núcleo Bandeirante (COSTA e PELUSO, 2013). A intenção de “descontinuar” com a história brasileira não obteve bons resultados, à medida que a edificação de Brasília avançava, as consequências negativas da urbanização ganharam corpo (HOLSTON, 1993).

O grande número de famílias presentes nesses agrupamentos, principalmente famílias deslocadas da região Nordeste, dos estados de Goiás e de Minas Gerais para a nova capital resultou em inúmeras problemáticas, como violência urbana e doméstica, prostituição e carência de infraestrutura (COSTA e PELUSO, 2013). Nesse contexto, surge a CEI (Comissão de Erradicação das Invasões), desígnio que marcaria a história da nova cidade de Ceilândia. Costa e Peluso (2016) alertam para o cuidado em utilizar o termo “invasão” sempre entre aspas, pois em verdade trata-se de ocupação de terra pública, e se é bem público, deveria ser distribuído à população desassistida; para os autores, o termo invasão é, sobretudo, pejorativo e artifício do poder da violência para justificar a retirada policial das populações das terras públicas.

Em fins da década de 1960, o governo já reconhecia como um dos problemas socioespaciais mais sérios do Distrito Federal o caráter do favelamento. Nesse contexto, surge a Comissão de Erradicação de Invasões (C. E. I), composta por representantes de órgãos do Governo do Distrito Federal, responsável pela elaboração do Projeto Ceilândia (que deveria promover a remoção, mas também a habitação e a infraestrutura no novo assentamento). (COSTA e PELUSO, 2013, p. 22)

Diante de todas essas questões, a solução considerada pelo governo foi a de erradicar as aglomerações para áreas periféricas e localizadas a pelo menos 20 quilômetros da capital, a “ação tinha por objetivo, segundo o governo da época [...], solucionar os problemas da “nova capital”, e o principal era a questão estética da cidade, principalmente quando era vista de cima, pois as “invasões” faziam parte da rota de aviões” (SILVA, 2016, p. 32).

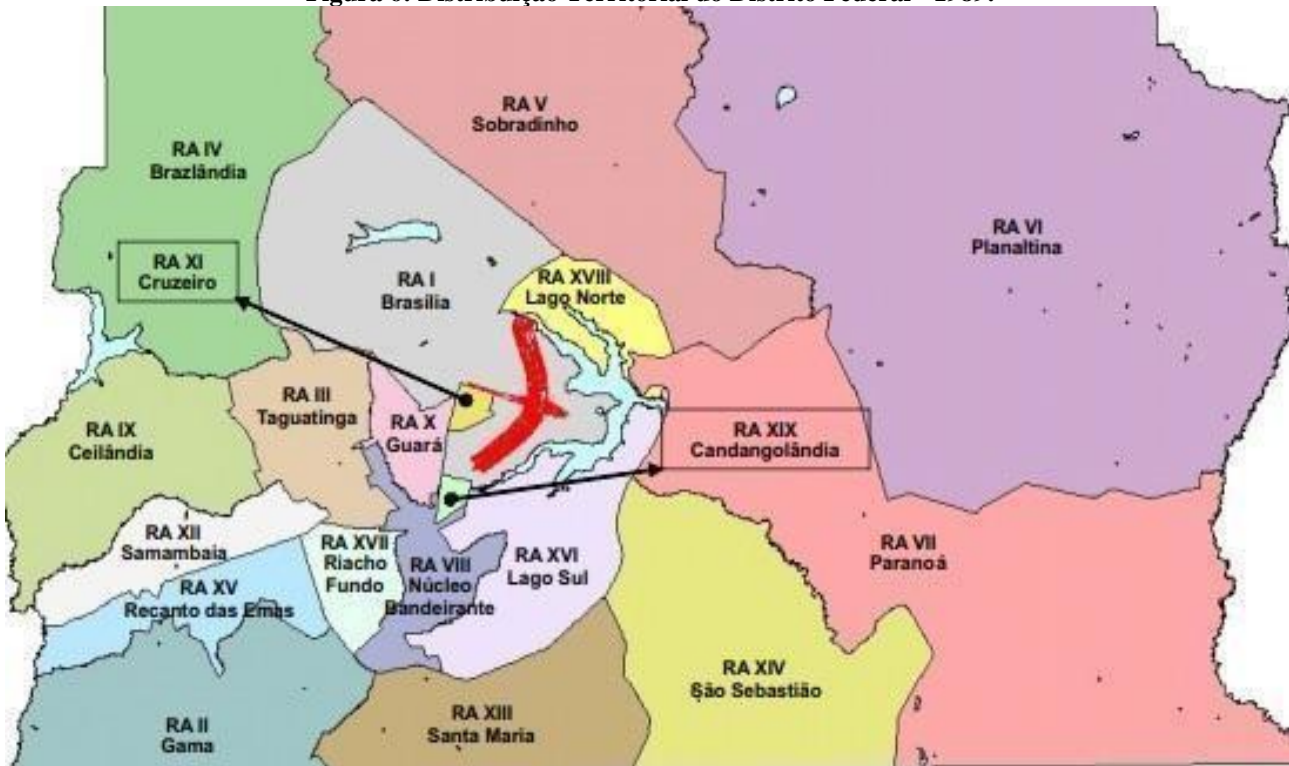
Nesse contexto, o governador Hélio Prates da Silveira (1969-1974) deu início à Campanha de Erradicação de Invasões, liderada por Vera Prates da Silveira (COSTA e PELUSO, 2013; PEREIRA, 2017).

Expulsas da área de alta renda (o Plano Piloto), privadas do consumo e obrigadas a integrar ao mercado de trabalho distante de suas residências, esses sujeitos são impelidos a viver em situações extremas. Sobreviventes da precariedade urbana, é a população que mais sofre inúmeras formas de violência, impostas, hegemonicamente, frente ao ideal de “progresso” e “modernização”. (ALVES, 2020, p. 155)



A remoção das favelas localizadas na área ou território do Plano Piloto foi dirigida, então, por essa campanha de cunho extremamente elitista e higienista, com a intenção de afastar o máximo possível a população carente que, tecnicamente, não se encaixava no ideal utópico proposto no planejamento de Brasília. E então, no dia 27 de março de 1971, a nova cidade Ceilândia (CEI-Campanha de Erradicação de Invasões) foi inaugurada, localizada há mais de 20 km de distância do Plano Piloto, ver figuras 1 e 6. (COSTA e PELUSO, 2013; SILVA, 2016; ALVES, 2020).

**Figura 6: Distribuição Territorial do Distrito Federal - 1989.**



Fonte: Levantamento Aerofotogramétrico 1991 e Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.

**Figura 7: Vista aérea de Ceilândia na década de 1970.**



Fonte: Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – ArpDF.

O contexto histórico do processo de higienização e marginalização dos candangos com a criação de Ceilândia, se mostra nos resultados de pesquisas socioeconômicas da RA que constata a enorme desigualdade social. Com base nisso o próximo tópico tem como propósito apresentar alguns dos dados socioeconômicos levantados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal, os mesmos mostram por meio dos resultados parte de como é a vivência da população segregada dentro do DF.

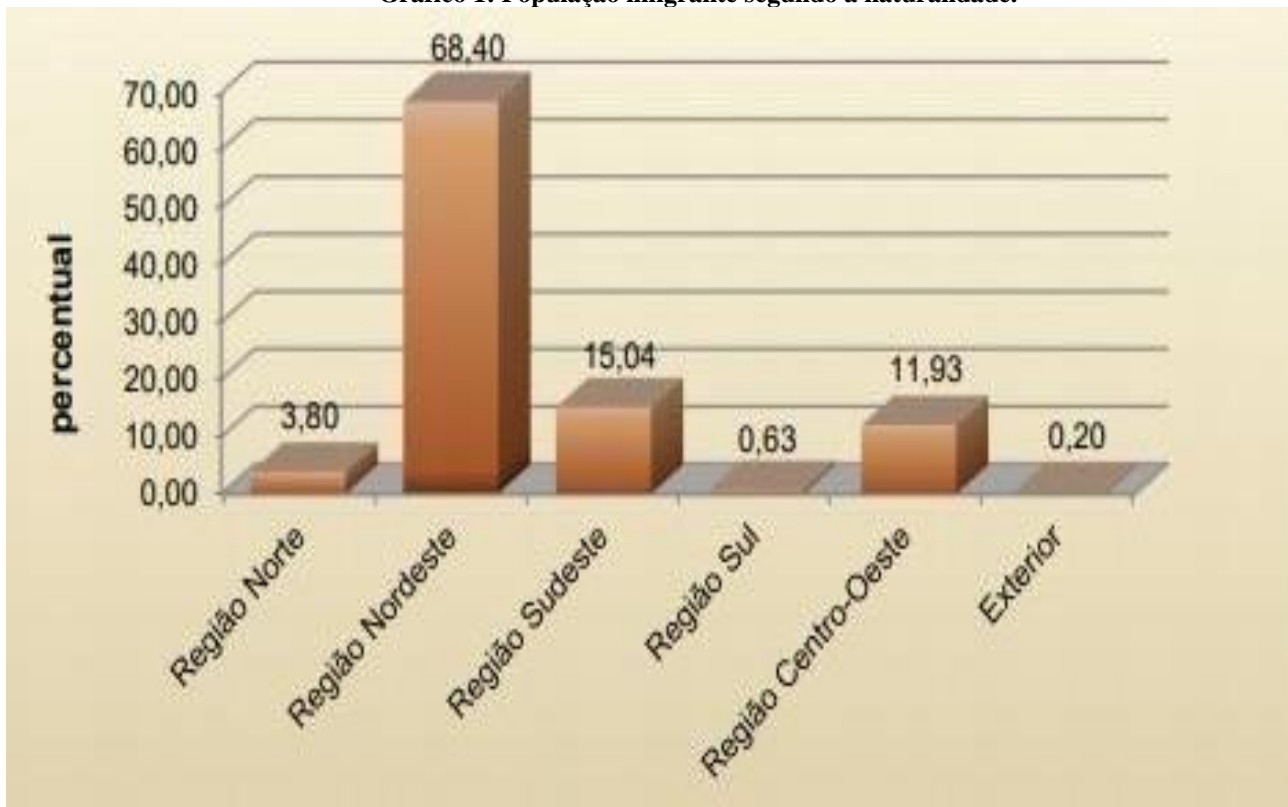
### 3.1 Ceilândia: caracterização socioeconômica

Atualmente, Ceilândia é a região mais populosa do DF; é vista também como lugar concentrador de indivíduos nordestinos (ver gráfico 1) e, conseqüentemente, pelo fácil acesso à cultura nordestina no local. Infelizmente não se pode dizer apenas isso; a população Ceilandense sofre com o estigma de morar em um lugar dito ou tido por violento. Para Hayeck (2009, p. 7), a violência pode surgir em consequência de diversas causas como:

mau funcionamento da Justiça, impunidade, colapso da educação e da saúde, corrupção, influência da mídia, crescimento das cidades, egoísmo, ineficácia de políticas públicas das práticas de intervenção e prevenção da violência, convivência silenciosa dos envolvidos (das vítimas, dos demais, dos profissionais), entre outros.

Para entendermos melhor a construção da imagem de Ceilândia, parece importante analisar os dados socioeconômicos desta Região Administrativa.

**Gráfico 1: População imigrante segundo a naturalidade.**

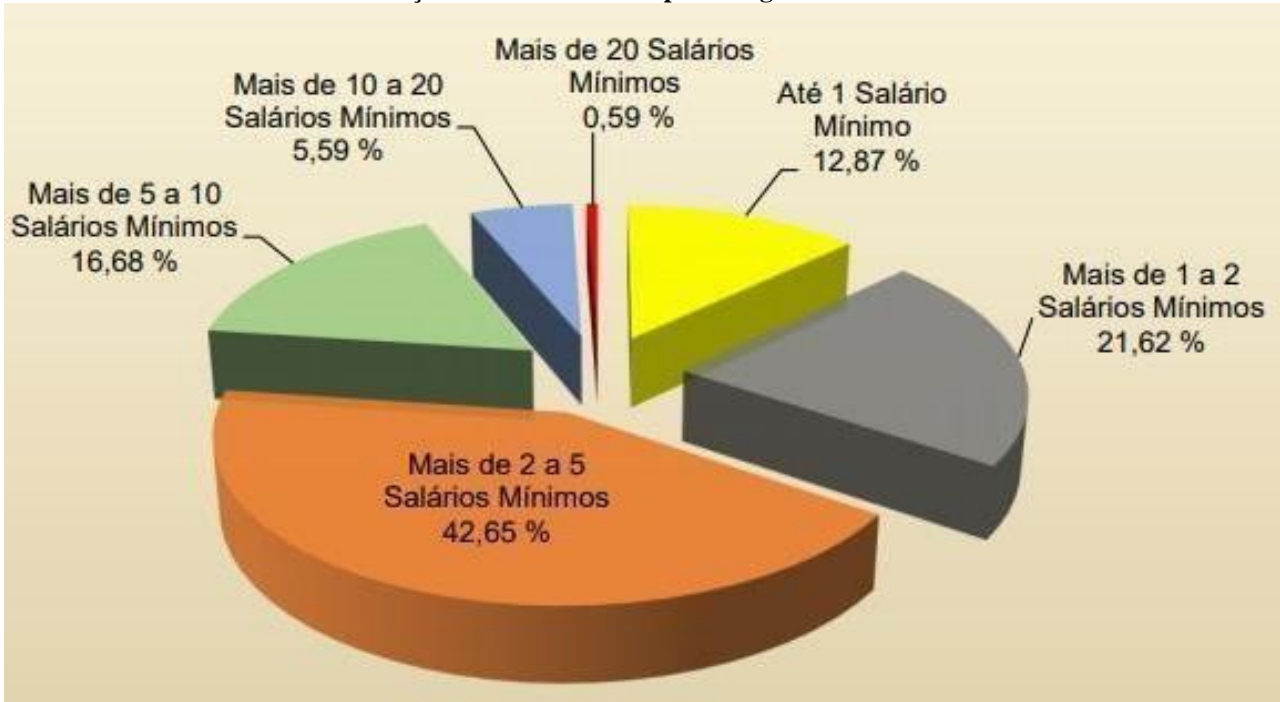


Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia 2015 - CODEPLAN.

De acordo com a Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios - Ceilândia do ano de 2015, abordagem também realizada pela CODEPLAN (checar gráficos 1 e 2), quase metade da população (42,65%) vive com 2 a 5 salários mínimos mensais, sendo que 21,62% sobrevive apenas com 1 a 2

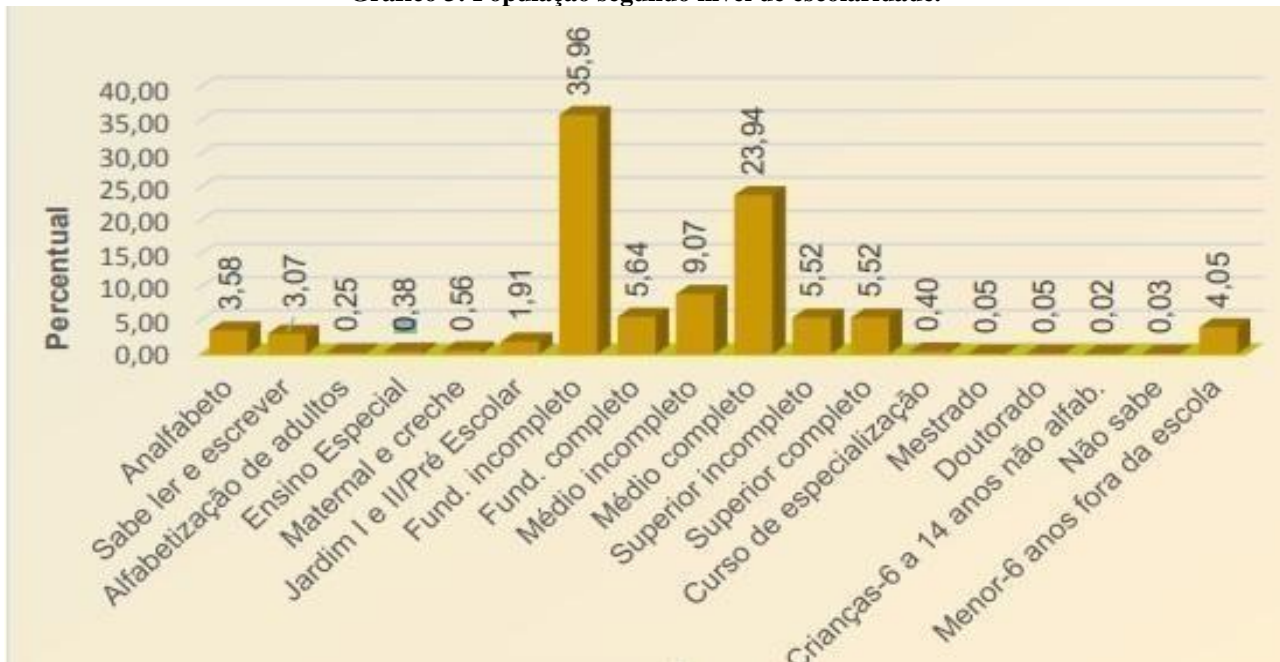
salários mínimos; é importante ressaltar que o custo de vida do Distrito Federal é elevado em relação ao restante do país. Em relação aos níveis de escolaridade (conferir gráfico 3), cerca de 3,58% da população é analfabeta, 35,96% possui o ensino fundamental incompleto, 23,94% terminou o ensino médio e somente 5,52% cursou uma instituição de ensino superior.

**Gráfico 2: Distribuição dos domicílios ocupados segundo as Classes de Renda Domiciliar.**



Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia 2015 - CODEPLAN.

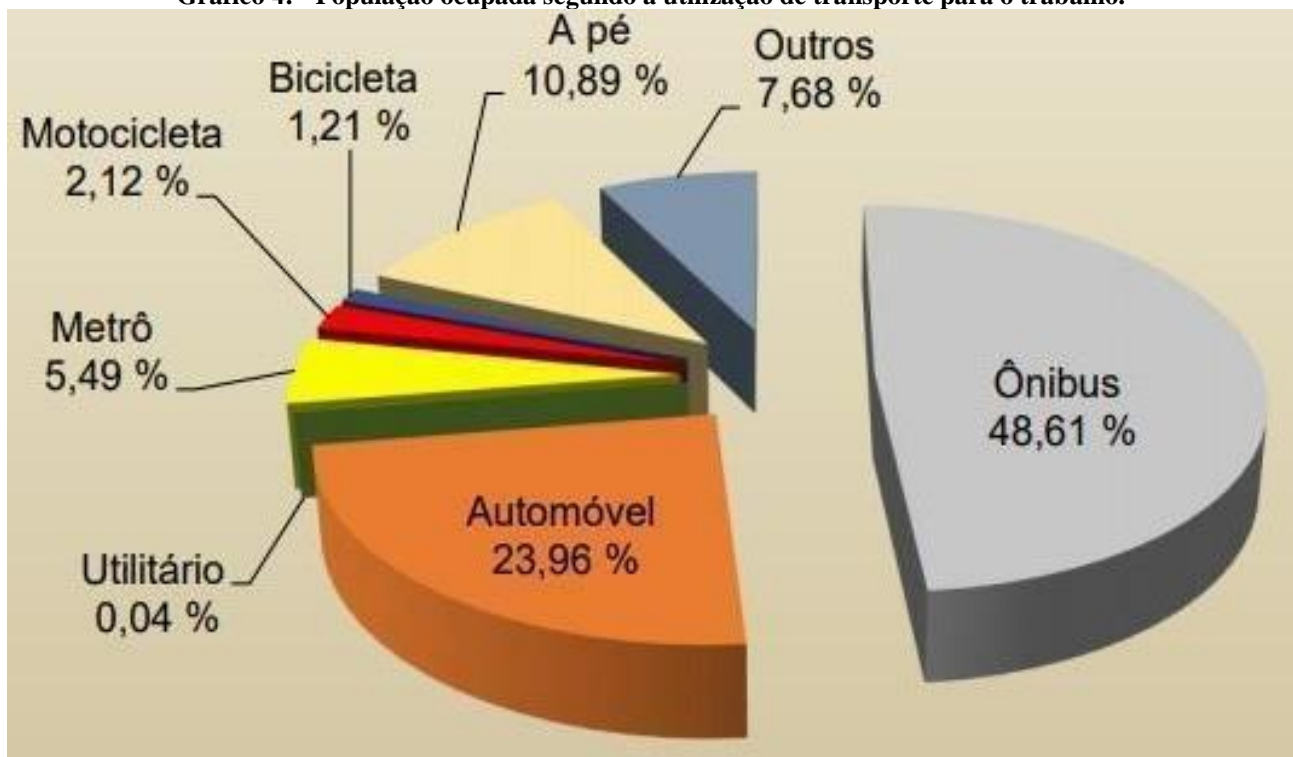
**Gráfico 3: População segundo nível de escolaridade.**



Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia 2015 - CODEPLAN.

Ao analisar os gráficos 1, 2 e 3 e vinculá-los com o contexto socioespacial do DF, é possível constatar as consequências do planejamento estatal voltado para a elite e, então, para o Plano Piloto de Brasília, inaugurado em 1960. Segundo a Síntese de Informações Socioeconômicas e Geográficas de 2014, fornecida pela CODEPLAN, Ceilândia possui a maior concentração populacional dentro de seu território em comparação às outras RA's e, mesmo assim, é a quinta região com menor renda domiciliar bruta mensal, ficando atrás apenas da SCIA<sup>5</sup> (Estrutural), Varjão, Fercal e Recanto das Emas; sendo o Lago Sul a primeira, logo seguido por Park Way em segundo, Sudoeste/Octogonal em terceiro, Lago Norte em quarto, Jardim Botânico em quinto e com o Plano Piloto em sexto. Vale conferir a pesquisa de Costa e Peluso (2016), que explica o que definem como *situação territorial vulnerável* das regiões administrativas de Brasília, relacionando os sujeitos e seu imaginário popular sobre Brasília em comparação com as condições de vida da região onde reside a população mais carente (e vulnerável) de todo o território.

**Gráfico 4: - População ocupada segundo a utilização de transporte para o trabalho.**



Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Ceilândia 2015 - CODEPLAN.

Em conformidade com o gráfico 4, aproximadamente 54,1% da população utiliza meios de transporte público como forma de deslocamento para o trabalho (normalmente no Plano Piloto de Brasília, principal centralidade do território distrital); ao interpretar essa porcentagem com a realidade

<sup>5</sup> Setor Complementar de Indústria e Abastecimento.

atual onde a passagem dos ônibus para maiores distâncias custa R\$5,50, (cerca de 1 dólar) o valor absurdo da passagem é o mesmo para utilizar o Metrô-DF; importa salientar que o atual governador Ibaneis Rocha planeja privatizar toda a rede de transporte público, acompanhando a onda neoliberalizante do território brasileiro, estimulado pelo atual Governo Bolsonaro (2019-2022).

Mais da metade dos Ceilandenses (64,27%) sobrevivem com 1 a 5 salários mínimos; ao juntar isso com o fato do alto custo de vida, mais o fato de a agenda de lazer do Distrito Federal ser focada na área do Plano Piloto, é perceptível a urgência de ações político-culturais voltadas para Ceilândia; se o governo intenta manter, por meio de políticas públicas, a população de classe mais baixa distante do centro, a periferia deve se apropriar de seus bens e manifestações culturais para se tornar, gradativamente, não dependente da dita “centralidade” e, com isso, transformar a imagem de Ceilândia, sendo que a atividade turística pode ser uma grande aliada local, se assim a população desejar e puder planejar internamente.

É bom lembrar com Alvarado, Zamora e López (2018), que a imagem é a representação de alguma coisa sem ser exatamente essa coisa em si, sendo que a imagem é elemento determinante na escolha de um destino. No caso da imagem de Ceilândia, criada pela elite por meio do processo de marginalização e segregação da comunidade local, impacta não só na possível atividade turística, mas também nos deslocamentos de indivíduos de outras regiões de dentro do próprio DF, que julgam Ceilândia como um lugar perigoso e por isso não a visitam; muitos possuem preconceito com a RA por conta dos estereótipos vinculados a ela, e induzidos pelo próprio GDF desde a criação da Comissão de Erradicação de Invasões.

O próximo item tem como intuito a ressignificação da imagem de Ceilândia, e consequentemente, uma possível demonstração de como a imagem do destino Distrito Federal pode ser transformada por meio do resgate da memória e história da população com o auxílio e impulso dos patrimônios-territoriais encontrados.

### 3.2 O turismo cultural e ressignificação espacial através do patrimônio-territorial de Ceilândia

Como já relatado, o objetivo geral desta monografia é *analisar a possibilidade de expandir a imagem turística do destino Distrito Federal, com base na teoria do patrimônio-territorial, ressignificando espaços desprezados no cerne do ideal eurocêntrico de modernidade.*

Para alcançar o mesmo, parte-se da ideia de que o patrimônio-territorial é fundamento das memórias e histórias da comunidade localizada, ou seja, para Costa (2016, p. 25), o sujeito localizado ou:

situado é o maior responsável no destino patrimonial da vida, reivindicando suas necessidades aos órgãos estatais competentes, posicionando-se pela preservação dentro e fora do lugar - defesa da vida e dos sítios de pertencimentos.

À vista disso, buscou-se, por meio de pesquisa netnográfica, saber o que a população de Ceilândia considera como patrimônio, quais são os lugares considerados como detentores da própria história registrada no território, por meio de memórias de sujeitos, da arte, da religião, dos saberes, dos fazeres e dos modos de vida, como salienta E. Costa – sem perder de vista que o patrimônio-territorial é *sígnico* da história ancestral do território e dos sujeitos (COSTA, 2020).

A pesquisa foi realizada com 61 moradores, destes 32 foram homens e 29 mulheres, a menor idade dentre os entrevistados foi de 15 anos, a maior, 67; cerca de 98,4% dos que responderam o formulário indicaram vivências, manifestações e objetos culturais vinculados a localidades específicas como originários do fortalecimento da identidade cultural da comunidade em Ceilândia.

De acordo com as respostas, os entrevistados identificam os seguintes lugares e manifestações culturais de Ceilândia, que fazem parte de suas experiências, história pessoal familiar ou mesmo história do território ceilandense:

1. Feira Central de Ceilândia
2. Casa do Cantador
3. Praça da Bíblia
4. Praça do Trabalhador
5. Cena musical do Hip Hop e Rap
6. O Maior São João do Cerrado
7. Praça do Cidadão
8. Praça ao lado da Administração Regional de Ceilândia
9. Cultura nordestina
10. Elemento em Movimento

11. Museu da Memória Viva dos Candangos Incansáveis da Ceilândia
12. Quarentão
13. Caixa d'água
14. Centro de Ceilândia

**Figura 8: Fachada da Feira Central de Ceilândia.**



Fonte: Renato Alves/Agência Brasília.

A Feira Central de Ceilândia (ver figura 8) está conectada com o início da RA. “Na medida em que o número de habitantes aumentava, o comércio se tornava, cada vez mais, insuficiente para atender a demanda e a FCC, por muito tempo, foi o único ponto comercial que dispunha da oferta de comidas nordestinas” (SILVA, 2016, p. 59). Localizada no centro de Ceilândia, a FCC representa para 52,4% dos entrevistados um patrimônio-territorial, lugar considerado a maior polo da cultura nordestina no Distrito Federal, além de ser um importante espaço para a construção identitária do Ceilandense. Como já foi mostrado a maioria da população residente tem raízes nordestinas, sendo assim, a FCC é o lugar mais próximo e completo para se encontrar diversos itens culinários da culinária nordestina, ou seja, o espaço físico em si não é a única representação do que Costa (2016, 2017, 2018, 2020) considera como patrimônio-territorial; são inúmeras as manifestações da cultura



nordestina encontradas dentro da feira e também aos arredores, principalmente na parte de frente à feira.

**Figura 9: Casa do Cantador**



Fonte: Tony Winston/Agência Brasília

A Casa do Cantador (conferir figura 9) foi mencionada por exatamente 32,7% dos entrevistados, criada em 1986, sendo na época a única obra elaborada por Oscar Niemeyer fora do Plano Piloto e é conceituada como “o Palácio da Poesia e da Literatura de Cordel no Distrito Federal” (NASCIMENTO, 2014, p. 30). O espaço foi planejado para ser destinado a expressões artísticas de origem nordestinas; destacam-se, também, as exposições da culinária nordestina, além de outros eventos culturais voltados para toda o lazer de toda a população, e a biblioteca Cordelteca João Melchíades Ferreira, voltada para literatura de cordel.

Relembrando que segundo Geiss e Gastal (2007), o turismo cultural pode ser um instrumento valioso para resgatar, expandir e ressignificar as manifestações culturais presentes na Casa do Cantador, principalmente sobre a literatura de cordel que não é muito mencionada ou conhecida pela população. O turismo cultural associado à teoria de Costa (2018, p. 19-20), contribuiu para uma construção afetiva com o território por meio da ativação dos patrimônios-territoriais, porque “Enaltecer el espacio público activado como Pp significa entender la realización de la vida social”, sendo que:

La conexión espacio público patrimonio urbano puede favorecer la mitigación de R, cuando el comercio y el turismo fueron desarrollados dentro de una ideología que aprehende el territorio en una constitución objetiva y subjetiva de la vida colectiva urbana y no como recurso de clase.

A Praça da Bíblia e a Praça do Trabalhador, os dois lugares em conjunto foram citados por 18% dos entrevistados, são espaços públicos localizados entre as quadras residenciais de Ceilândia, onde são realizados diversos eventos culturais para todas as idades como shows, apresentações culturais, encontros para dançar forró, encontros de jovens e também eventos cunho religioso. Na maioria das vezes o espaço público é oprimido e desprezado pelo próprio Estado, o que causa em uma má apropriação desse espaço pela população local (COSTA, 2018). No caso dessas duas praças em específico, a população se apropria da maneira que pode para ressignificar o espaço e também para utilizá-lo de melhor maneira que expresse a cultura regional, essas atividades atreladas ao turismo cultural cria um enorme potencial para fortalecer as relações sociais que ali existem entre os membros da mesma cultura e também possibilitar a aproximação daqueles vindo de culturas diferentes (GOULART E SANTOS, 1998).

A cena musical é destacada por 11,4% dos entrevistados, os quais relatam mais sobre experiências relacionadas ao estilo musical Hip Hop e o Rap, sendo estes considerados fator significativo para mudanças positivas de cunho artístico na vida de muitos jovens periféricos. Destacam-se os diversos eventos que ocorrem em espaços diversos de Ceilândia, como as batalhas de rap que hoje são realizadas na frente das Estações de Metrô Terminal Ceilândia e Ceilândia Sul, na batalhas e eventos da praça do Cidadão e em festividades regionais como o Festival Elemento em Movimento, ambos serão abordados mais adiante. É importante evidenciar o impacto da cena musical do Hip Hop e Rap dentro das áreas marginalizadas pelo Estado. A disseminação da cultura periférica desperta e estimula o processo de mudança dentro da sociedade por meio de indivíduos marginais que acreditam nesse processo (SOUZA, 2019).

**Figura 10: O Maior São João do Cerrado**

Fonte: Érica Fontoura

O Maior São João do Cerrado (verificar figura 10), mencionado por 13,1% dos entrevistados, tem esse nome devido à grande quantidade de pessoas que se reúnem no local, além de ser uma das festas juninas mais tradicionais de todo o Brasil. O evento possibilita uma imersão e valorização da cultura nordestina, por meio de pratos típicos, shows e apresentações de manifestações advindas da região Nordeste, possui também o maior e importante palco do evento, o de forró no qual já passaram grandes nomes da música brasileira, sendo este um dos eventos mais esperados do ano, se faz importante destacar que a cultura nordestina foi referida por quase metade, ou mais precisamente 49,1% dos entrevistados. São milhares de visitantes todos os anos de realização do evento, sendo assim um grande e importante atrativo no Distrito Federal fora do Plano Piloto, sendo que o mesmo tem potencial para impulsionar o Estado a valorizar o patrimônio-territorial de Ceilândia, esta é uma das maiores se não a maior manifestação identitária da Região Administrativa.

**Figura 11: Praça do Cidadão**

Fonte: Joel Rodrigues/Agência Brasília

A praça do Cidadão (chegar figura 11), indicada por 13,1% das entrevistas, fica localizada em Ceilândia Norte, com distância média de 5 minutos do centro de Ceilândia. A praça foi revitalizada e começou a ganhar destaque depois da criação do espaço do Projeto Jovem de Expressão, voltado para a população marginalizada de baixo poder aquisitivo, onde ocorrem oficinas ligadas à arte, dança, comunicação e música; também é disponibilizado no local um curso de pré-vestibular, no galpão ocorrem cursos profissionalizantes de fotografia, produção de eventos, iluminação, entre outros; possui uma biblioteca e encontros com os participantes do local para debaterem sobre assuntos diversos, em um espaço seguro contra julgamentos, estereótipos e segregação.

Como já mencionado o espaço público nas periferias é menosprezado pelo Estado (COSTA, 2018), a praça do Cidadão só está hoje em boas condições de uso devido a luta, resistência e movimentação por parte da população e dos que participam do Jovem de Expressão, principalmente por conta da persistência e auxílio do Deputado Distrital eleito Max Maciel, que luta ao lado da comunidade para valorizar a periferia como parte importante do Distrito Federal.

Outra praça citada por 11,4% dos entrevistados é a praça que fica entre a Administração Regional de Ceilândia e o Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia; está localizada cerca de 10 minutos do Centro de Ceilândia; o local é considerado perigoso em dias rotineiros o qual é ressignificado por meio de eventos como as festas de aniversário de Ceilândia, o Elemento em Movimento e outros eventos culturais. Costa (2018) enfatiza sobre a questão do estigma espacial criado em cima de áreas públicas, as quais são estereotipadas como violentas, precárias e problemáticas pela população, logo, os eventos realizados no lugar e principalmente, o festival Elemento em Movimento vem para comprovar que o espaço não é perigoso ou violento, só não é valorizado pelo Estado e carece de apropriações constantes dos Ceilandenses para a ressignificação espacial.

O Elemento em Movimento, mencionado em 8,1% das entrevistas, é um dos maiores festivais culturais urbanos do DF; já trouxe grandes nomes da cena musical do país, sendo que o evento é totalmente gratuito e seguro para os frequentadores. Este festival apareceu em pelo menos um quarto do total das respostas da pesquisa, sendo que foi criado apenas há 5 anos; é compreensível a identificação popular com o festival, já que o mesmo é construído com base na cultura de Ceilandense. Semanas antes do festival, na Casa do Cantador, acontecem palestras, oficinas e eventos com o foco na área artística e assuntos importantes para a construção de identidades e empoderamento com a cultura local. Colocar o festival na rota do turismo cultural do Distrito Federal se faz de extrema importância, já que o mesmo pode ser uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento econômico e social da comunidade local, colaborando para a erradicação da pobreza no território (TOSELLI, 2006), e também para a ressignificação espacial da praça considerada como perigosa.

O Museu da Memória Viva dos Candangos Incansáveis da Ceilândia, sugestão de apenas 1,6% dos entrevistados, criado no ano de 1993, contém um rico acervo sobre histórias, memórias, objetos, fotografias e experiências pessoais dos primeiros anos dos candangos na RA. O local é desconhecido por muitos moradores, mas é inegável a importância do conjunto de bens do museu; apesar de ter sido citado por uma entrevistada o museu apresenta possibilidade para dialogar turismo cultural que pode resultar em benefícios para a preservação a longo prazo do mesmo, sendo que a criação do museu representa a resistência de manter a memória dos candangos viva, destaca que para Costa (2017, p. 59):

existência do patrimônio-territorial independe da condição de avanços ou de crise da sociedade global; ele é perpétua resistência local, pois é parte integrante de sujeitos em situação permanente com o espaço; é cultura, matéria, idéia e memória viva individual e coletiva, patrimônio periférico já existente a ser ou não ativado.

**Figura 12: Festa no Quarentão.**



Fonte: Facebook - Tributo ao Quarentão

O Quarentão (ver foto 12), referenciado em 3,2% das entrevistas, era um espaço onde hoje fica o Restaurante Comunitário de Ceilândia, localizado bem no Centro de Ceilândia. Local destinado a bailes voltado aos bailes da cultura Black, de acordo com o entrevistado, era onde a comunidade se reunia para se divertir. O espaço que antes era apropriado pela população (COSTA, 2018), é apossado pelo GDF que ignora e desvaloriza a importância do lugar como um patrimônio-territorial ativado (COSTA, 2017) em Ceilândia, ocasionando na construção do restaurante comunitário.

**Figura 13: Caixa d'água de Ceilândia**



Fonte: Brito/Agência Brasília.

A caixa d'água (ver figura 10) foi citada em 16,3% das respostas dos formulários, localizada no Centro de Ceilândia e ao lado da FCC. A construção que foi uma das primeiras da RA, hoje é tombada ou declarada como patrimônio pelo GDF, para preservar as memórias do início de Ceilândia, para os entrevistados é considerada um símbolo imagético correlacionado à diversas experiências pessoais e familiares. As famílias expulsas do espaço central da capital encontraram sua casa nas manifestações nordestinas iniciadas em Ceilândia, sendo que a caixa d'água em específico, foi onde se iniciou o processo de assentamentos das primeiras famílias realocadas (MESQUITA, 2016).

Evidencia-se que muitos dos lugares e manifestações citadas pelos entrevistados possuem ligação com o Centro de Ceilândia, lugar mencionado por 24,5% dos entrevistados, espaço que transborda a história e memória da cultura Ceilandense.

Segundo os entrevistados, todas as manifestações e lugares citados são considerados patrimônios de Ceilândia, alguns são relacionados às manifestações artísticas culturais as quais sempre foram limitadas na RA; outros, além de serem pontos referenciais, carregam vivências importantes na vida pessoal dos sujeitos, constituindo aspectos da identidade do morador, cheios de cultura e histórias que enaltecem e homenageiam os primeiros habitantes locais, o povo nordestino.

Em relação ao apoio à atividade turística na RA, fora do Plano Piloto, 91,8% dos entrevistados responderam que são a favor. Quando questionados o porquê, as respostas foram que o turismo pode transformar a economia local, trazer mais renda para a população, estimular a identidade com a cultura Ceilandense; gerar mais visibilidade para a região e para a história da mesma, pois muitos habitantes ainda não a conhecem, além de poder transmutar o estereótipo de ser um local desagradável e violento; foram relevadas considerações sobre possíveis investimentos para melhorias na infraestrutura por parte GDF. A pequena porcentagem dos que responderam negativamente ao turismo (8,2%) justificou dizendo que Ceilândia não é um local chamativo para turistas e que também não é um local muito amigável, o que reforça a tese da problemática do “estigma espacial” que pode ser superado com a ativação popular do patrimônio-territorial, como entende Costa (2018, 2020).

A partir das respostas do formulário, a atividade turística torna-se uma opção considerável para a ressignificação espacial de Ceilândia, muitas são as manifestações e lugares citados com potencial turístico. Os entrevistados, em grande maioria, reconhecem a importância dos então considerados patrimônios-territoriais, e se identificam com a cultura Ceilandense. Conforme a população, são inúmeras as possibilidades de trabalhar o turismo, o maior impedimento para isso se encontra na falta de interesse dos que estão no poder de investir em infraestrutura e no trade turístico da RA, além de outras questões, como a mudança do Guia Turístico do Distrito Federal, a abarcar a totalidade do território.

Por fim e antes de tudo, é necessário dizer a dimensão ressignificativa do espaço em Ceilândia deve casar com o significativo genuíno do patrimônio-territorial, pois envolve, em primeiríssimo plano, a gente do lugar e sua história (o turismo, nesse sentido, deve ser consequência regulada popularmente da ativação desse acervo próprio, e não o objetivo inicial ou mesmo final do patrimônio-territorial. Deve-se lembrar: o patrimônio-territorial não almeja o turismo, mas o sujeito e a história do território, o turismo pode ser uma derivação, mas todo cuidado será pouco nesse entendimento e mesmo execução de ativação da memória pelo espaço, o que conforma o patrimônio-territorial proposto por E. Costa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Administrativa abordada neste trabalho representa parte da história e memória do Distrito Federal, história não oficializada pelo Estado. Ceilândia, criada pela Comissão de Erradicação de Invasões, carrega em seu nome a representação da tentativa de fazer os operários romperem com a história da construção de Brasília.

O Estado planejou uma cidade perfeita de acordo com a ideologia desenvolvimentista, onde os migrantes foram negados de permanecer na capital que eles edificaram com suas próprias mãos.

A compreensão da ideologia vigente na construção de Brasília impacta até hoje a população do Distrito Federal. As comunidades marginalizadas continuam, constantemente, a serem afastadas e/ou *higienizadas* do Plano Piloto; o mesmo Estado e Governo que interligou a capital com o resto do país não fez questão de agregar os migrantes vindos de diferentes regiões do mesmo país, segmentando-os ano após ano.

A histórica colonialidade do poder (que o conceito de patrimônio-territorial denuncia) se materializa nas características da capital e no imaginário coletivo; a utopia se transformou em realidade no DF, aquela realidade negada e que é encontrada no resto do país. Brasília reforça a lógica contraditória da urbanização brasileira e latinoamericana. Ressalta que, apesar do resultado contrário ao planejamento da capital, os projetos utópicos se fazem necessários como alavancas impulsionadoras de possíveis transformações sociais, econômicas e espaciais da realidade dos países da América Latina, que sofrem com o processo moderno universalizante de urbanização, como destacaram J. Holston, E. Costa e tantos outros autores.

Para trabalhar com os patrimônios-territoriais de Ceilândia, é indispensável o saber e o querer da população local, junto a sua cultura popular; a comunidade sempre tem de fazer parte dos processos de decisões patrimoniais. Foi verificado que a comunidade Ceilandense reconhece e se identifica com os patrimônios-territoriais, aqueles que são compostos pela história da construção da RA e, também, por conta da grande concentração de nordestinos, eles se reconhecem nos aspectos culturais e espaciais advindos daquela região do Brasil, no processo de migração e transplante territorial de sua cultura.

O resultado da pesquisa demonstra que a população está disposta e tem vontade de que o turismo seja descentralizado da área do Plano Piloto para as periferias do DF. Acentua-se a necessidade de conscientizar a população sobre o que realmente é o turismo e também capacitar os mesmos com princípios de um turismo sustentável. Assim, o último coeficiente que falta é o investimento por parte do Governo do Distrito Federal, o qual, atualmente, é voltado para os interesses da elite brasiliense concentrada no Plano Piloto de Brasília. Com isso, constata-se que a atividade turística é impactada diretamente pela segregação socioespacial presente em todo o

território distrital. Impossível gestar o turismo sem um olhar holístico para o território, para o patrimônio, para os sujeitos.

A pesquisa resultou em 14 (quatorze) patrimônios-territoriais identificados pelos moradores de Ceilândia; no mínimo catorze possibilidades de atrativos dentro da RA. Existem, atualmente, trinta e três Regiões Administrativas dentro do Distrito Federal, o potencial do turismo cultural é gigantesco e, infelizmente, não valorizado pelos governos, mesmo não reconhecidos pela população.

Recorda-se que o objetivo geral da pesquisa é *analisar a possibilidade de expandir a imagem turística do destino Distrito Federal, com base na teoria do patrimônio-territorial, ressignificando espaços desprezados no cerne do ideal eurocêntrico de modernidade*. Com base nisso, é possível afirmar que o objetivo foi alcançado, diversas foram as possibilidades de expansão da imagem do destino por meio do estudo de caso de Ceilândia.

O problema proposto foi: quais são os patrimônios-territoriais a serem ativados popularmente em Ceilândia – DF, no caminho de um turismo concretamente cidadão? A partir do resultado da pesquisa, os patrimônios-territoriais alcançados se mostram de importante relevância para a identidade local, conseqüentemente, para mostrar a verdadeira imagem e cultura inerente à Região Administrativa, além de uma possibilidade para trabalhar com o turismo cidadão, se e quando organizado ou gestado pelos moradores locais, concretamente e não comandados por agentes forâneos.

A Feira Central da Ceilândia, a casa do Cantador, a praça da bíblia, a praça do trabalhador, a cena musical do Hip Hop e do Rap, o Maior São João do Cerrado, a praça do Cidadão, a praça da Administração Regional de Ceilândia, a cultura nordestina, o festival Elemento em Movimento, o Museu da Memória Viva dos Candangos, o antigo Quarentão, a caixa d'água e o centro de Ceilândia são importantes lugares e manifestações (patrimônio-territorial) de uma comunidade que sempre teve que resistir para manter a identidade com suas origens. O turismo cultural pode entrar como um importante aliado nesse processo constante de resistência, capaz de recuperar outros patrimônios-territoriais não citados pelos moradores participantes desta pesquisa; esses patrimônios-territoriais são chaves importantes no processo de revisão da história e memória do patrimônio mundial declarado em Brasília.

Seria relevante levar a frente a proposta da elaboração de um novo Guia Turístico do Distrito Federal, que incorpore todas as regiões administrativas que possam vir a ter o consentimento da população para o feito turístico, além de envolver os mesmos nessas possíveis ativações do patrimônio-territorial.

Porém, deve ser sempre recordado com E. Costa: **a ativação do patrimônio-territorial não tem origem no ideal turístico, mas na duração dos grupos sociais subalternizados na história do território. Esta monografia ousa ao associar o patrimônio-territorial ao turismo cultural; ousa, pois, são enormes os riscos de pulverização da cultura local se o território passa a ser usado pelos grandes agentes do capital. Nesse sentido, normas próprias locais de usos e apropriação dos novos acervos devem ser produzidas para o benefício de cada cidadão e não da reprodução do dinheiro concentrado nas mãos de oportunistas do mercado local, nacional ou internacional.**

A proposta é a de *roteiros patrimoniais utópicos* (seguindo Costa, 2016), os quais conectam os bens instituídos (Plano Piloto) aos bens locais não instituídos ou não-declarados (em Ceilândia). Nessa utopia concentra a ideia do *a priori* do sujeito, das benesses locais, da sua duração espacial, de sua existência transtemporal. O turismo, enfim, pode ser uma benéfica consequência, reconhecendo, desde sempre, os riscos assumidos e a serem mitigados.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. S.; SOUZA, R. R. S. Imagens e imaginários sobre Brasília turística: da Capital Nacional ao patrimônio-territorial. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 4, n. 6, p. 157-179, nov. 2016.
- ALVARADO, I.; ZAMORA, F. A.; LÓPEZ A. Representaciones espaciales, patrimonio y turismo: apuntes teórico-metodológicos. In: ALVARADO, I.; LÓPEZ, A. **Turismo, patrimonio y representaciones espaciales**. México: Colección PASOS Edita, no. 22. 2018. p. 27-52. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita22.pdf>>. Acesso em Novembro de 2020;
- ALVARENGA, E. M. Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. 2014. 2º edição.
- ALVES, V. J. R. Formação socioespacial e patrimônio-territorial latinoamericano, resistência negra pelas rodas de samba do Distrito Federal, Brasil. **PatryTer**, Brasília, vol. 3, n. 6, p. 150-166, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32194>> Acesso em Outubro de 2020.
- BENI, M. . **Análise estrutural do Turismo**. 14a ed. São Paulo: Senac. 1998.
- BISPO, A. N. M. Da perspectiva edênica à concepção paisagística de Brasília, cidade-parque. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 35-50, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26965>>. Acesso em Novembro de 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 2.874**. Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências, set. 1956.
- BRASIL. **Revista Brasília**, Rio de Janeiro, n. 1. Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. 1957. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.df.gov.br/revista-brasilia/>>. Acesso em: Julho de 2020.
- BRASIL. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek: Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico**. Presidência da República, Conselho do Desenvolvimento. Rio de Janeiro. 1958. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/490>>. Acesso em Agosto de 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. **Turismo cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/5292-caderno-e-manuais-de-segmentacao.html>>. Acesso em: Novembro de 2020.
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS. 2009, p. 11-63.
- CASTRO, M. L. V.; FONSECA, M. C. L. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: Unesco, Educarte, 2008.
- CASTRO, B. A.; MAGALHÃES, B. Lugares de memória - narrativas, itinerário e patrimônio cultural. **PatryTer**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 121-134, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26234>>. Acesso em Novembro de 2020.
- COSTA, E. B. Fundamentos de uma emergente patrimonialização global. *Revista Geografia, UNESP, Rio Claro*, vol. 39, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/9318>>. Acesso em Novembro de 2020.
- COSTA, E. B.; PELUSO, M. L. Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). In: **XII Simpurb – Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, Rio de Janeiro, p. 1-28, nov. 2013.
- COSTA, E. B.; SILVEIRA, B.; SEVERO, D.; ARAÚJO, E.; BESERRA, F.; CARMO, T. Metropolização, costapatrimonialização e potenciais de conflitos socioterritoriais em Brasília (DF). **Espaço e Geografia**, v. 16, n. 1, p. 325-367, jun. 2012. Disponível em:

- <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/252/184>>. Acesso em Novembro de 2020.
- COSTA, E. B.; STEINKE, V. Brasília metasíntese do poder no controle e articulação do território nacional. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, vol. XVIII, nº 493 (44), 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15033/18385>
- COSTA, E. B.; PELUSO, M. L. Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. **Biblio3w**, Barcelona, vol. XXI, n. 1151, fev. 2016. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/b3w/article/view/26323>>. Acesso em Outubro de 2020.
- COSTA, E.; ALVARADO, I. S. Heterotopia patrimonial: concepto para estudios latinoamericanos. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 13, n 620, ago. 2019. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/22329>>. Acesso em Novembro de 2020.
- COSTA, E. B. Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder. *In: Actas XIV Colóquio Internacional de Geocrítica: En Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*, Barcelona, 2016. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/EveraldoCosta.pdf>>. Acesso em Agosto de 2020.
- COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 2, p. 53–75, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>>. Acesso em Agosto de 2020.
- COSTA, E. B. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. *Investigaciones Geográficas*, Ciudad de México, n. 96, jul. 2018. Disponível em:<<http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59593>>. Acesso em Agosto de 2020.
- COSTA, E. B. Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina [conceptos y praxis decolonial en el continuum de crisis]. **Revista Geográfica Venezolana**, 62 (1), aceito para publicação, 2020.
- CRAVIDÃO, F. Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar os lugares. **Turismo - Visão e Ação**, Itajaí, v. 6, n. 3, p. 309-316, set/dez. 2004. Disponível em: <<https://search.proquest.com/docview/1629985039?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>>. Acesso em Novembro de 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Síntese de Informações Socioeconômicas e geográficas**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Síntese-de-Informações-Socioeconômicas-e-Geográficas-2012.pdf>>. Acesso em Novembro de 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Síntese de Informações Socioeconômicas**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal, Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/informacoes-socioeconomicas-do-df/>>. Acesso em Novembro de 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios - Ceilândia**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Ceilândia-1.pdf>>. Acesso em Novembro de 2020.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5\\_Dussel.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1200.dir/5_Dussel.pdf)>. Acesso em Outubro de 2020.
- FARIAS, M. F; SONAGLIO, K. E.; FERREIRA, L. V. F. Ciência, turismo e complexidade: teorizando sobre a transdisciplinaridade para a interpretação do fenômeno turístico, **Revista Turydes**, v. 12, n. 26, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/turydes/26/turismo.html>>. Acesso em Novembro de 2020.
- FERREIRA, A. B. H. **Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC/Iphan, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A, 1989.
- GEISS, L.; GASTAL, S. Turismo cultural sob o olhar pós-moderno: os mercados públicos em questão. In: **VIII Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação Da Região Sul**, Passo Fundo, p.1-13. 2007
- GOULART, M.; SANTOS, R. I. C. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1998. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1388>>. Acesso em Novembro de 2020.
- GROSGOUEL, R. Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina. **REALIS – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais**, Recife, v. 3, n. 2, p. 10-43, jul-dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8789>>. Acesso em Setembro de 2020.
- HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353>>. Acesso em Novembro de 2020.
- HIRIART, C. A. P. La imagen turística del Centro Histórico de Morelia: promoción y gestiones a partir de su inclusión en la Lista de Patrimonio Mundial (1991-2017). In: ALVARADO, I.; LÓPEZ, A. **Turismo, patrimonio y representaciones espaciales**. México: Colección PASOS Edita, no. 22. 2018. p. 101-134. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita22.pdf>>. Acesso em Novembro de 2020
- HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia de Letras, 1993, p. 199-256/313-318.
- HOSTENSKY, I. L. Patrimônio-territorial de quilombos no Brasil: caso da Nação Xambá do Portão do Gelo – PE. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 185-201, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26992>>. Acesso em Novembro de 2020.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 3a. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2003, p. 11-26.
- KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial. 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>>
- KÖHLER, A.; DURAND, J. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Revista Turismo-Visão e Ação**, v. 9, n.2, p. 185-198, maio-ago 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056102004.pdf>>. Acesso em Novembro de 2020.
- LAFER, Celso. **O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)**. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 29-50. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3691637/mod\\_resource/content/1/Lafer%20\\_%20plan%20de%20Metas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3691637/mod_resource/content/1/Lafer%20_%20plan%20de%20Metas.pdf)>. Acesso em Setembro de 2020.
- MAGALHÃES, L. H. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 08, n. 02, p. 95-104, jun. 2008.
- MARUJO, N. O estudo académico do turismo cultural. **Revista Turismo y Desarrollo Local**, Évora, vol. 8, n. 18, jun/jul. 2015. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/16716>>. Acesso em Novembro de 2020.
- MEDINA, J. Re-construcción de la cultura y del espacio turístico. In: BRASILEIRO, M. D.; CORIOLANO, L., orgs. **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 21-37. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>>. Acesso em Novembro de 2020.
- MENDOZA, J. M. Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización del patrimonio cultural inmaterial. **PatryTer**, v. 1, n. 2, p. 72-83, ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/7177>>. Acesso em Novembro de 2020.
- MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. São Paulo: Editora Autêntica, 2004.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: Iphan, vol. 1, p. 25-39, 2012.

- MESQUITA, E. **CEILÂNDIA-DF: "patrimônio-territorial" e turismo**. Monografia (Graduação em Turismo) —Universidade de Brasília. Brasília, 2016, p. 122.
- MESQUITA, E. Território usado e lógicas patrimoniais no Paraguai. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 167-184, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32283>>. Acesso em Novembro de 2020.
- MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: contexto, 2002.
- MOESCH, M. O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 1, n. 1, p. 9-28, dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15206>>. Acesso em Novembro de 2020.
- NASCIMENTO, Gruwer Iuri Maciel. **Casa do Cantador em Ceilândia/DF: "...faz parte da minha história..."**. Dissertação (Mestrado em Música) —Universidade de Brasília. Brasília, 2014, p. 84. Disponível em:< <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19339>>. Acesso em Novembro de 2020.
- OLIVEIRA, R. F. Patrimônio cultural, contribuição da teoria da Geografia a partir de Milton Santos. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 281-296, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32273>>. Acesso em Novembro de 2020.
- OLIVEIRA, W. C. Urbanização do território como uma convergência de interesses no Distrito Federal, Brasil. **PatryTer**, v. 3, n. 5, p. 42-57, mar. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/25550>>. Acesso em Setembro de 2020.
- PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2006. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37>>. Acesso em Novembro de 2020.
- PENA, L. C. S.; MOESCH, M. M. A Transposição do Conhecimento no Desenvolvimento Sustentável do Turismo e o Papel dos Observatórios de Turismo. **Revista Hospitalidade**, v. 13, n. 2, p. 272-284, 2016. Disponível em: <<https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/657>>. Acesso em Novembro de 2020.
- PEREIRA, V. C. **O tombamento da Caixa d'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) —Universidade de Brasília. Brasília, 2017, p. 119. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23945>>. Acesso em Novembro de 2020.
- PÉREZ, X. P. **Turismo Cultural: Uma visão antropológica**. Tenerife, Espanha: ACA y PASOS, RTPC. 2009, p. 103-134.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, São Paulo, v. 37, n. 17, p. 4-28, 2002. Disponível em:<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos\\_de\\_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237\\_02.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF)>. Acesso em Setembro de 2020.
- RODRÍGUEZ, A. D. Activación de un patrimonio-territorial mexicano, el amaranto en Santiago Tulyehualco, México. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 96-108, 1 set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26642>>. Acesso em Novembro de 2020.
- RÚBIO-SCHRAGE, R. Patrimônio-territorial e saber local: análise do assentamento Cafundão (Mariana- MG, Brasil). **PatryTer**, v. 2, n. 3, p. 78-89, fev. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/19954>>. Acesso em Novembro de 2020.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EdUSP, 2008, p. 51-94.
- SILVA, J. A. S. O turismo como atividade econômica: enfoque de demanda versus enfoque de oferta. **TURyDES**, v. 1, n. 1, out. 2007.
- SILVA, J.; QUEIROZ, P. Território usado, patrimônio-territorial e urbanização do Distrito Federal, Brasil - Candangolândia. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 251 - 265, set. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32290>>. Acesso em Outubro de 2020.
- SILVA, M. P. **Feira Central de Ceilândia e gastronomia regional: patrimônios do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) —Universidade de Brasília, Brasília, p. 136, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23241>>. Acesso em Novembro de 2020.
- SOUZA, A. L. A.; FARIAS, M. F.; FERREIRA, L. V. F.; ALEXANDRE, M. L. O. Turismo e patrimônio cultural: um estudo de caso na Rota Verde do Café (Ceará). **Cenário: Revista Interdisciplinar em**

- Turismo e Território**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 79 - 102, set. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/19657>>. Acesso em Novembro de 2020.
- SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer**, v. 2, n. 4, out. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485>>. Acesso em Novembro de 2020.
- TAMASO, I. M. A Expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n.2, p.13-36, jul-dez, 2005.
- TOSELLI, C. Algunas reflexiones sobre el turismo cultural. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 4, n. 2, p. 175-182, 2006 Disponível em: <<http://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/2640>>. Acesso em Novembro de 2020.
- VIDESOTT, L. Os Candangos. **Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n. 7, p. 21-38, jan. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721>> . Acesso em: 23 maio de 2020.
- YÁZIGI, E. A. Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal: um enlace de geografia-urbanismo-planejamento e turismo. **PatryTer**, v. 2, n. 3, p. 1-7, fev. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/14281>>. Acesso em Novembro de 2020.



**APÊNDICE A - ROTEIRO DO FORMULÁRIO ONLINE DISPONIBILIZADO PARA OS MORADORES DE CEILÂNDIA**

1. Nome:

2. Idade:

3. Para você, vivências ou manifestações culturais vinculadas a localidades específicas, originam e fortalecem a identidade cultural da comunidade em Ceilândia?

( ) Sim

( ) Não

4. Quais vivências, manifestações culturais e lugares de Ceilândia fazem parte de sua vivência e história pessoal e familiar?

5. De acordo com a sua resposta anterior, para você, esses lugares e manifestações podem ser considerados patrimônios de Ceilândia? Por quê?

6. Em relação ao turismo em Ceilândia, você é a favor da atividade turística ligada à essas vivências, manifestações e lugares que você reconhece? Por quê?

7. Acredita que a atividade turística fora do Plano Piloto poderia trazer benefícios para a população de Ceilândia? Por quê?

8. Ao seu ver, a atividade turística correlacionada com a cultura popular ceilandense traria quais benefícios? Por quê?